



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAMPO
CURSO DE TECNOLOGIA EM AGROECOLOGIA

ELIZA BATISTA DOS SANTOS
NILVANA DE FÁTIMA RODRIGUES FERREIRA

A ATUAÇÃO DA MULHER NO MEIO RURAL: um estudo de caso em uma unidade de produção agrícola familiar na Comunidade Quilombola Baixo Itacuruçá – Abaetetuba, Pará

ABAETETUBA - PA
2025

ELIZA BATISTA DOS SANTOS
NILVANA DE FÁTIMA RODRIGUES FERREIRA

A ATUAÇÃO DA MULHER NO MEIO RURAL: um estudo de caso em uma unidade de produção agrícola familiar na Comunidade Quilombola Baixo Itacuruçá – Abaetetuba, Pará

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito obrigatório para a obtenção de grau de Tecnóloga em Agroecologia pela Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo, Universidade Federal do Pará – Campus Abaetetuba.

Orientadora: Professora Dra. Roberta Rowsy Amorim de Castro

ABAETETUBA - PA
2025

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

B333a BATISTA DOS SANTOS, ELIZA.
A ATUAÇÃO DA MULHER NO MEIO RURAL : um estudo
de caso em uma unidade de produção agrícola familiar na
Comunidade Quilombola Baixo Itacuruçá – Abaetetuba, Pará /
ELIZA BATISTA DOS SANTOS, NILVANA DE FÁTIMA
RODRIGUES FERREIRA. — 2019.
LIII, 53 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Roberta Rowsy Amorim de Castro
Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade Federal do
Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Tecnologia em
Agroecologia, Abaetetuba, 2019.

1. agroecologia. 2. atuação da mulher. 3. mulheres no
campo. 4. agricultura familiar. I. DE FÁTIMA RODRIGUES
FERREIRA, NILVANA. II. Título.

CDD 307.72098113

ELIZA BATISTA DOS SANTOS
NILVANA DE FÁTIMA RODRIGUES FERREIRA

A ATUAÇÃO DA MULHER NO MEIO RURAL: um estudo de caso em uma unidade de produção agrícola familiar na Comunidade Quilombola Baixo Itacuruçá – Abaetetuba, Pará

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito obrigatório para a obtenção de grau de Tecnóloga em Agroecologia pela Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo, Universidade Federal do Pará – Campus Abaetetuba.

Orientadora: Professora Dra. Roberta Rowsy Amorim de Castro.

Data de aprovação: 09/04/2025

Conceito: Excelente

Banca Examinadora

Orientadora

Profa. Dra. Roberta Rowsy Amorim de Castro
UFPA - Campus de Abaetetuba

Examinadora Interna

Profa. Dra. Joseline Simone Barreto Trindade

Examinadora Externa

Profa. Especialista Jocilene Costa da Silva

Examinadora Externa

Extensionista aposentada da Emater Pará, notório saber, Maurila Irene dos Santos Freitas

AGRADECIMENTOS

Agradecemos em primeiro lugar à Deus por ter nos sustentado e ter nos dado força e coragem para superarmos todos os desafios.

O nosso mais sincero agradecimento aos nossos pais e familiares por terem sido nossa rede de apoio até aqui.

Agradecemos também aos nossos queridos amigos de curso pelas palavras de incentivo e apoio emocional. Gratidão por Deus ter nos escolhido e juntas dividimos lágrimas e gargalhadas ao longo desse projeto.

Agradecemos à Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo (FADECAM) por todo suporte fornecido durante a graduação. Grata à professora Roberta Rowsy, nossa orientadora, por ter nos ensinado com brilhante maestria.

Por fim, agradecemos aqueles que estiveram constantemente em nossos pensamentos, sendo a razão pela qual nunca desistimos: nossos filhos amados, Arthur e Heloah Vitória.

RESUMO

A atuação da mulher na agricultura familiar é fundamental para a manutenção das unidades produtivas e das comunidades rurais, embora ainda existam desafios que limitam seu acesso a políticas públicas e à assistência técnica. Este estudo teve como objetivo compreender e descrever o protagonismo da mulher em uma unidade de produção agrícola familiar na Comunidade Quilombola Baixo Itacuruçá, no município de Abaetetuba-PA, analisando seu papel na produção agrícola, na organização da unidade produtiva, no cuidado com a família e em outras atividades do cotidiano. A pesquisa foi realizada durante os Estágios Supervisionados I, II e III, do curso de Tecnologia em Agroecologia da UFPA – Campus Abaetetuba, no período de 11 a 17 de outubro de 2023, estendendo-se posteriormente por meio de diálogos via WhatsApp de setembro a dezembro de 2024, o que permitiu complementar as informações e registrar narrativas da interlocutora. A abordagem adotada foi descritiva, do tipo estudo de caso, tendo como fonte primária a própria agricultora. A metodologia incluiu a aplicação de questionários, entrevistas, diálogos informais, caminhadas nas áreas de uso, observação direta e participante, além de registros fotográficos e de áudio, que possibilitaram a inclusão de narrativas ao longo do texto. Os resultados evidenciam o protagonismo de Dona Maria de Lourdes, 37 anos, agricultora quilombola, responsável por um plantio diversificado com 121 mudas de 21 espécies frutíferas, como açaí, cupuaçu, cacau, banana. Concilia essas atividades com afazeres domésticos, o cuidado de três filhas e participação ativa na comunidade, atuando como pastora na igreja local, coordenadora e organizadora de eventos e ações solidárias, sua atuação também se estende à construção da própria casa. As narrativas revelam vínculo com a agricultura desde a infância e o desejo de oferecer às filhas oportunidades de estudo. Apesar das dificuldades, como ausência de assistência técnica e receio em acessar crédito rural, mantém e amplia a produção com base no conhecimento tradicional e apoio comunitário. O estudo reforça a importância de dar visibilidade à atuação da mulher no campo e a necessidade de políticas públicas que fortaleçam sua autonomia.

Palavras-chave: agricultura familiar; atuação da mulher; mulheres no campo; agroecologia.

ABSTRACT

The role of women in family farming is fundamental for the maintenance of productive units and rural communities, although there are still challenges that limit their access to public policies and technical assistance. This study aimed to understand and describe women's protagonism in a family farming production unit in the Quilombola Community of Baixo Itacuruçá, in the municipality of Abaetetuba-PA, analyzing her role in agricultural production, in the organization of the productive unit, in family care, and in other daily activities. The research was carried out during the Supervised Internships I, II and III of the Agroecology Technology course at UFPA – Abaetetuba Campus, between October 11 and 17, 2023, and later extended through WhatsApp conversations from September to December 2024, which made it possible to complement the information and record narratives of the interlocutor. The approach adopted was descriptive, using a case study, with the farmer herself as the primary source. The methodology included the application of questionnaires, interviews, informal dialogues, field walks, direct and participant observation, as well as photographic and audio records, which enabled the inclusion of narratives throughout the text. The results highlight the protagonism of Dona Maria de Lourdes, 37 years old, a quilombola farmer, responsible for the implementation and management of a diversified orchard with 121 seedlings of 21 fruit species, such as açaí, cupuaçu, cocoa, and banana. She reconciles these activities with household chores, the care of her three daughters, and active community participation, acting as a pastor in the local church, coordinator and organizer of events and solidarity actions. Her activities also extend to the construction of her own house. The narratives reveal a strong connection with agriculture since childhood and the desire to provide her daughters with educational opportunities. Despite difficulties, such as the absence of technical assistance and fear of accessing rural credit, she maintains and expands production based on traditional knowledge and community support. The study reinforces the importance of giving visibility to women's work in the countryside and the need for public policies that strengthen their autonomy.

Keywords: family farming; women's role; rural women; agroecology.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 METODOLOGIA	9
2.1 Local da pesquisa e sua breve caracterização.....	9
2.2 Métodos, ferramentas e instrumentos da pesquisa	11
3 A AGRICULTURA FAMILIAR E AS QUESTÕES DE GÊNERO NO MEIO RURAL.....	14
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	20
4.1 Síntese da história de vida de Dona Maria de Lourdes	20
4.2 As múltiplas atividades desenvolvidas pela mulher na unidade de produção agrícola familiar estudada	22
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS	32
APÊNDICE A –TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	37
APÊNDICE B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E GRAVAÇÃO	39
APÊNDICE C – ROTEIRO DE PERGUNTAS QUE FORAM FEITAS A AGRICULTORA INTERLOCUTORA POR MEIO DO APLICATIVO DE MENSAGENS WHATSAPP	40
ANEXO A – QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO UTILIZADO DURANTE OS ESTÁGIOS DE CAMPO I, II E III, CUJOS ALGUNS DADOS COLETADOS RESULTARAM NESTE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.	41

1 INTRODUÇÃO

Segundo Schneider *et al.* (2019), o meio rural nas últimas décadas passou a ser reconhecido como um espaço multifuncional, onde a agricultura familiar se destaca como um segmento fundamental para o desenvolvimento rural sustentável. Diversos temas, como o êxodo rural e o envelhecimento da população rural, além da masculinização do campo e o protagonismo das mulheres rurais, têm sido objetos de pesquisa, buscando entender as dinâmicas que influenciam a permanência e a reprodução da agricultura familiar no cenário atual.

Schneider *et al.* (2019), também destacam que a modernização da agricultura transformou profundamente o meio rural, impactando não apenas a produção, mas também as relações sociais e a organização do trabalho. Nesse contexto, apesar do reconhecimento da multifuncionalidade do espaço rural e da crescente valorização da agricultura familiar, a divisão sexual do trabalho ainda é um aspecto marcante dentro das unidades de produção. Essas unidades são compostas por homens e mulheres de diferentes idades, cada um com percepções e objetivos distintos, o que leva à subdivisão das tarefas. No entanto, essa divisão do trabalho muitas vezes segue padrões tradicionais, nos quais certas atividades são atribuídas aos homens e outras às mulheres, assim como aos filhos e às filhas, reforçando distinções de gênero dentro da estrutura produtiva familiar. Ou seja, enquanto os homens costumam ser responsáveis pelas atividades consideradas mais pesadas ou de maior visibilidade econômica, como o manejo da terra, a comercialização e a tomada de decisões estratégicas, as mulheres, frequentemente, desempenham funções essenciais, mas menos reconhecidas, como o processamento de alimentos, os cuidados com os animais de pequeno porte e as atividades domésticas.

Essa divisão se estende também para os filhos e filhas, que desde cedo são inseridos(as) nesse modelo de organização, reproduzindo, assim, padrões históricos de desigualdade de gênero dentro do meio rural. Quando recorremos à história do trabalho no campo, especificamente a divisão sexual do trabalho na agricultura de base familiar, nota-se que as mulheres, durante muitos anos, não receberam o devido reconhecimento pelo seu trabalho (Meus; Ethur, 2021).

Desde os primórdios, a sociedade impôs padrões culturais que diferenciavam os comportamentos de homens e mulheres, criando, ao longo do tempo, uma grande desigualdade nas relações de gênero. Essa construção social resultou no patriarcado, um sistema que legitima a subordinação feminina, especialmente no meio rural. Hepp (2023) destaca que,

historicamente, as mulheres agricultoras foram invisibilizadas em sua contribuição produtiva, sendo muitas vezes consideradas apenas como auxiliares dos homens, o que reforça a desvalorização do trabalho executado por elas. Apesar disso, as mulheres no campo têm se organizado ao longo dos anos, por meio de movimentos sociais e movimentos feministas, para garantir seus direitos e conquistar o reconhecimento como trabalhadoras rurais, um papel que antes era exclusivamente atribuído aos homens. Essa luta tem sido crucial para a busca por uma sociedade mais justa e igualitária, onde as mulheres agricultoras sejam finalmente reconhecidas e valorizadas pelo trabalho que realizam nas unidades de produção familiares.

Maroneze e Nielsson (2024) destacam que a história das mulheres, quase sempre contada pelos homens, precisa ser revisitada, pois o patriarcado não é algo natural ou imutável. Pesquisas mostram que, em outros tempos, as relações sociais eram mais equilibradas, com as mulheres ocupando espaços de liderança e reconhecimento. Assim, a luta dos movimentos feministas por uma nova forma de olhar a história e a vida das mulheres não é apenas legítima, mas também necessária (Maroneze; Nielsson, 2024).

Considerando o exposto, o presente trabalho busca compreender e descrever a atuação da mulher em uma unidade de produção agrícola familiar na Comunidade Quilombola Baixo Itacuruçá, Abaetetuba – Pará, analisando o seu protagonismo na produção agrícola, na organização e no cuidado familiar e nas demais atividades desempenhadas no âmbito da família. A pesquisa resulta de experiências vivenciadas em 2023 durante os Estágios Supervisionados I, II e III do curso de Tecnologia em Agroecologia, da Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo (FADECAM), da Universidade Federal do Pará (UFPA) - Campus Abaetetuba, que possibilitaram participar do cotidiano das famílias agricultoras da comunidade, observar diretamente as dinâmicas sociais e produtivas do meio rural e compreender como se dá o funcionamento e a gestão de suas unidades de produção agrícolas e extrativistas. (Santos; Ferreira, 2023).

Os Estágios Supervisionados são componentes obrigatórios do curso de Tecnologia em Agroecologia que têm como propósito permitir que os(as) estudantes integrem a teoria à prática, a partir das suas inserções e vivências na realidade agrária regional. Além disso, visam estimular a participação ativa na construção do conhecimento e a iniciação em práticas metodológicas de pesquisa e extensão, preparando os(as) discentes para o futuro mundo do trabalho, pois durante os estágios os(as) discentes acompanham de perto o cotidiano das famílias agricultoras, realizando pesquisas para a coleta de informações para o entendimento das atividades e da realidade local, a partir da aplicação de diversos métodos, ferramentas e instrumentos.

Desse modo, durante os Estágios Supervisionados I, II e III foi possível compreender a importância da atuação de Dona Maria de Lourdes, uma agricultora da Comunidade Baixo Itacuruçá, cujo protagonismo desempenhado dentro da unidade de produção familiar a tornou o objeto e o tema principal deste estudo.

2 METODOLOGIA

Esta seção está organizada em dois tópicos. O primeiro apresenta a área de estudo, incluindo sua localização e características e o segundo descreve os métodos, ferramentas e instrumentos utilizados na pesquisa.

2.1 Local da pesquisa e sua breve caracterização

A pesquisa foi realizada na Comunidade Quilombola Baixo Itacuruçá, situada no arquipélago das ilhas do município de Abaetetuba, no estado do Pará. Embora não existam registros históricos oficiais sobre a fundação da comunidade, relatos orais dos próprios moradores, ouvidos durante o Estágio Supervisionado IV, ocorrido no mês de maio de 2024, indicam que sua origem remonta ao século XIX, entre os anos de 1859 e 1887. Segundo esses relatos, a comunidade surgiu como rota de fuga utilizada por pessoas escravizadas que escapavam das fazendas escravocratas do município vizinho, Barcarena. Fernandes et al. (2024) Com o passar dos anos, após lutas e reivindicações, o território consolidou-se como quilombola, visto que em 5 de junho de 2002, a Terra Quilombola das Ilhas de Abaetetuba, onde está inserido a comunidade Baixo Itacuruçá, Médio Itacuruçá e Alto Itacuruçá, recebeu oficialmente o título de terra quilombola, expedido pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA), a área regularizada por meio da titulação corresponde a 9.076,1909 hectares.

Além do Baixo Itacuruçá, Médio, Alto Itacuruçá outras localidades da região, como Ipanema, Arapapú e Genipaúba, também foram oficialmente reconhecidas como remanescentes de quilombo das ilhas de Abaetetuba.

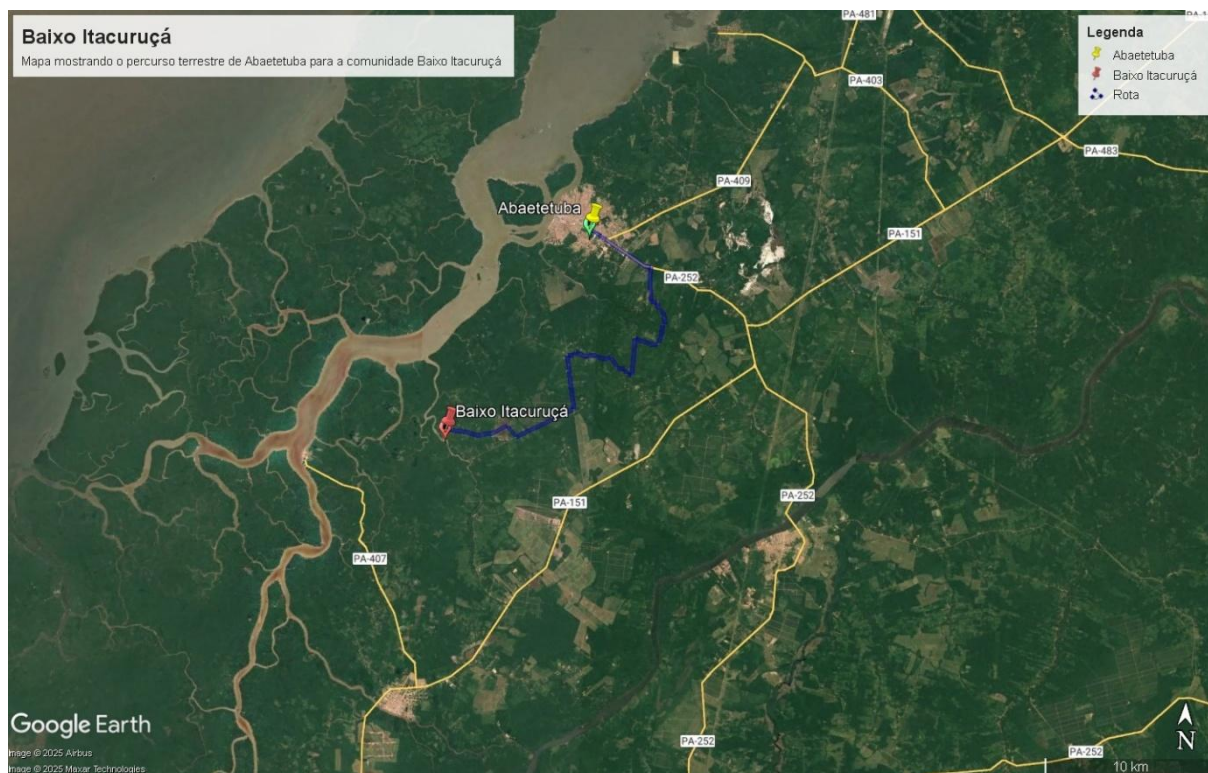
Atualmente, de acordo com dados fornecidos pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), a comunidade do Baixo Itacuruçá abriga aproximadamente 180 famílias, totalizando cerca de 447 habitantes.

Nesse contexto, destaca-se a criação da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo das Ilhas de Abaetetuba (ARQUIA), cuja finalidade é buscar benefícios sociais e

promover a regularização jurídica das terras. A ARQUIA é composta por 17 membros em sua coordenação e adota um modelo de gestão coletiva e participativa, em articulação com os(as) moradores(as) dos territórios quilombolas demarcados. As decisões são tomadas principalmente por meio de assembleias comunitárias que costumam reunir, em média, cerca de 480 pessoas e por reuniões menores, que contam com aproximadamente 70 participantes, embora esse processo decisório possa envolver conflitos, ele fortalece a democracia interna e o engajamento da comunidade. A associação atua de forma estruturada, com regimento interno e estatuto próprio.

Geograficamente, a comunidade do Baixo Itacuruçá está localizada às margens do rio Itacuruçá, afluente do rio Costa Maratauíra, e encontra-se próxima aos municípios de Moju, Barcarena e Igarapé-Miri, com coordenadas geográficas de 44°22' S e 48°54'48" W. A distância aproximada até a sede municipal de Abaetetuba é de 40 km, sendo o acesso possível tanto por via hidroviária quanto por via terrestre. A partir da sede de Abaetetuba, a viagem até a comunidade dura entre 30 a 60 minutos de barco ou rabeta, passando pelos rios Campompema, Maratauíra e Arapapú até alcançar o rio Itacuruçá. Também é possível chegar por estrada, seguindo pela rodovia PA-151 até próximo ao km 16, onde se acessa o ramal Itacuruçá ou Santa Rosa (Pojo, 2017), conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1 – Mapa mostrando o percurso terrestre da sede municipal de Abaetetuba até a Comunidade Quilombola Baixo Itacuruçá.



Fonte: Google Earth Pro (2025).

Além do Baixo Itacuruçá, as comunidades Médio Itacuruçá e Alto Itacuruçá compõem o território quilombola denominado Itacuruçá. No entanto, os Estágios da turma Agroecologia 2020, da FADECAM, UFPA - Campus Abaetetuba, foram realizados nas comunidades do Baixo Itacuruçá e do Médio Itacuruçá. O foco desta pesquisa se concentra em uma unidade de produção familiar situada na Comunidade do Baixo Itacuruçá, especificamente na família de Dona Maria de Lourdes.

2.2 Métodos, ferramentas e instrumentos da pesquisa

Como já mencionado, a pesquisa foi realizada a partir dos Estágios Supervisionados I, II e III, que foram realizados entre os dias 11 e 17 de outubro de 2023, nas comunidades rurais quilombolas do Baixo e do Médio Itacuruçá, cujas famílias acolheram estudantes do curso de Tecnologia em Agroecologia, que em duplas ou trios, vivenciaram o cotidiano e a realidade delas para a compreensão da sua história, dinâmica e das atividades produtivas desenvolvidas.

A abordagem adotada para desenvolvimento dessa pesquisa foi do tipo descritiva. Evêncio *et al.* (2019) destacam que a pesquisa descritiva se caracteriza pela padronização de

técnicas na coleta de dados, buscando observar, registrar e analisar fenômenos sem interferir neles. Esse tipo de investigação tem como foco descrever características de determinada população, evento ou objeto de estudo, possibilitando a organização das informações de forma sistemática. Além disso, a pesquisa descritiva pode se diferenciar da explicativa, pois não busca necessariamente identificar as causas dos fenômenos, mas sim apresentar um retrato detalhado da realidade pesquisada.

A pesquisa se deu a partir de um estudo de caso, uma abordagem que, segundo Yin (2005), é especialmente adequada para investigar eventos contemporâneos, permitindo compreender o “como” e o “porquê” dos fenômenos. Esse método possibilita uma investigação empírica dentro do contexto real, sendo particularmente útil quando os limites entre o fenômeno estudado e seu ambiente não estão claramente definidos. A pesquisa teve como fonte primária a interlocutora Dona Maria de Lourdes, além do levantamento bibliográfico em fontes secundárias, como plataformas de trabalhos acadêmicos, revistas e periódicos científicos, especialmente aqueles relacionados à agricultura familiar e à atuação das mulheres no meio rural.

Para o levantamento de dados foram utilizadas diferentes técnicas e instrumentos durante o período dos Estágios Supervisionados. Entre elas, destacam-se a aplicação de questionário semiestruturado (Anexo A) com perguntas abertas e fechadas. Severino (2014) explica que o questionário semiestruturado é composto por um conjunto de questões sistematicamente organizadas, com o objetivo de coletar informações escritas dos sujeitos pesquisados para compreender suas opiniões sobre o tema em estudo. As questões devem ser formuladas de maneira clara e pertinente ao objeto de pesquisa, garantindo a compreensão dos(as) respondentes. Além disso, devem ser objetivas para evitar ambiguidades, dúvidas ou respostas superficiais. O questionário pode conter tanto questões fechadas, com opções de resposta predefinidas, quanto abertas, permitindo que os sujeitos expressem suas respostas com suas próprias palavras (Severino, 2014).

Além da realização de entrevistas para a aplicação do questionário semiestruturado mencionado anteriormente, foram feitos também diálogos, conversas informais, caminhadas nas áreas de uso da família e observação direta e participante. Para Ludke e André (1986), a observação direta permite que o pesquisador se aproxime da perspectiva dos sujeitos, aspecto fundamental nas abordagens qualitativas. Ao acompanhar *in loco* as experiências diárias dos participantes, o observador pode captar sua visão de mundo e o significado que atribuem à realidade que os cerca e às suas próprias ações.

Azamor (2021) explica que a pesquisa participante se caracteriza pela atuação conjunta entre os sujeitos, onde o conhecimento de cada indivíduo é essencial para as trocas estabelecidas com o objetivo de alcançar resultados comuns. Nessa abordagem, todos têm voz e participam ativamente do processo, permitindo ao pesquisador aproximar-se das experiências, expectativas e desafios dos participantes. Além disso, a pesquisa participante exige que o(a) pesquisador(a) assuma um papel duplo, de pesquisador(a) e participante, tornando-se parte da construção das representações sociais. Dessa forma, ele(a) não apenas observa, mas interage e contribui para a busca coletiva de novos caminhos e possibilidades, promovendo reflexões, decisões compartilhadas e a construção conjunta de meta.

Assim, foram realizadas observações participantes, nas quais não apenas acompanhávamos a rotina de Dona Maria de Lourdes, mas também vivenciávamos e ajudávamos diretamente nas atividades desempenhadas por ela, experimentando a rotina, as dificuldades, a penosidade e os desgastes do trabalho agrícola, assim como os retornos e os benefícios esperados pela família a partir dele. Essa abordagem permitiu compreender, de maneira mais profunda, as condições de trabalho da agricultora e os desafios enfrentados no dia a dia, como a necessidade de carregar a água manualmente para a irrigação das plantas e conciliar as atividades agrícolas com as responsabilidades domésticas e externas (no âmbito das relações sociais construídas localmente). Ao adotar esse formato, buscou-se respeitar seu ritmo de trabalho e tornar a pesquisa mais integrada ao contexto vivido por ela.

Além da aplicação dos questionários e das outras ferramentas, entre setembro e dezembro de 2024, foram realizadas ligações e conversas via aplicativo de mensagens para complementar as informações sobre a unidade de produção familiar, sendo os relatos transcritos, isto é, as narrativas que serão utilizadas ao longo do texto, na seção Resultados e Discussão, foram coletadas a partir de conversas feitas via aplicativo de mensagens *WhatsApp*, que foram copiadas e coladas sem quaisquer alterações.

Para garantir a ética da pesquisa e o respeito à comunidade e suas famílias, foram assinados o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE A) e o Termo de Autorização de Uso de Imagem e Gravação (Anexo C), pela família participante e/ou pela liderança comunitária. Esses documentos asseguram que a participação ocorreu de forma voluntária, garantindo o direito de privacidade, caso a interlocutora não quisesse revelar a sua identidade, e o uso responsável das informações coletadas.

Durante os estágios, a partir das técnicas e instrumentos de pesquisa citados anteriormente, buscou-se compreender a família e sua história, o trabalho desenvolvido dentro

e fora da propriedade, as relações sociais estabelecidas, assim como as dinâmicas do cotidiano e experiências de vida, sendo possível identificar a atuação protagonista da interlocutora no âmbito familiar e comunitário. Nos sete dias em campo, o questionário semiestruturado foi aplicado em diferentes momentos, respeitando a rotina familiar e garantindo que as respostas fossem obtidas de forma espontânea.

3 A AGRICULTURA FAMILIAR E AS QUESTÕES DE GÊNERO NO MEIO RURAL

Nesta seção trataremos da importância da mulher na agricultura, sobretudo, familiar. Para tanto, inicialmente apresentaremos alguns conceitos que a literatura define como agricultura familiar e, em seguida, os distintos papéis assumidos pelas mulheres neste contexto.

Para Mesquita (2013), a agricultura familiar é um conceito utilizado para caracterizar unidades de produção rural estruturadas no trabalho familiar, nas quais há uma relação direta entre terra, trabalho e família. Uma das principais características dessa forma de produção é o controle da família sobre os meios de produção, sendo esta a principal responsável pela efetivação do trabalho. Os meios de produção na agricultura familiar incluem a terra (principal recurso para o cultivo), as ferramentas e equipamentos (como enxadas e terçados), os insumos agrícolas (sementes, adubos, defensivos naturais ou convencionais) e a força de trabalho, essencialmente familiar, que é responsável por todas as etapas do processo produtivo, desde o preparo do solo até a comercialização dos produtos (Mesquita, 2013).

Também pode se considerar que a agricultura familiar é compreendida como uma forma de produção agrária em menor escala, com alternativas de trabalho mais manuais e artesanais, utilização de mão de obra basicamente familiar ou de grupos de convívio da vizinhança e amigos (Gonçalves, 2014).

Para Rodrigues *et al.* (2021), a diversificação da produção ajuda a garantir a renda e a subsistência dos pequenos produtores familiares e as mulheres, nesse contexto, desempenham papel essencial na melhoria da produtividade agrícola, segurança alimentar e nutricional, podendo contribuir, portanto, para o maior desenvolvimento das famílias rurais. De forma complementar, Silva (2018) destaca que, na Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, uma das metas é dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, especificamente das mulheres, agricultores familiares, povos indígenas, entre outros.

Na concepção de Wanderley (1999), a prática da agricultura pelos camponeses pode ser considerada como uma atividade cultural que se constrói com base nos saberes tradicionais

passados de geração em geração, e é com base nestes saberes que as famílias camponesas tomam decisões importantes, como a divisão do trabalho no campo. A autora ainda reforça que esses saberes tradicionais são vistos como heranças familiares que se constituem em inspiração para a realização do trabalho no campo.

Neste contexto, temos uma divisão do trabalho no cenário da agricultura familiar que se estabelece entre os sexos, sendo que ao homem cabe, geralmente, a exclusividade de desenvolver serviços que requerem maior força física, tais como: lavrar, cortar lenha, fazer curvas de nível, derrubar árvores e fazer cercas. Também cabe ao homem o uso de maquinários agrícolas mais sofisticados, como o trator. Já “à mulher, de um modo geral, compete executar tanto as atividades mais rotineiras, ligadas à casa ou ao serviço agrícola, como as de caráter mais leve” (Brumer, 2004, p. 211).

De acordo com Silva (2016), a ideologia socialmente construída em torno do cuidado é frequentemente associada à figura feminina, a ponto de ser aceita até pelas próprias mulheres, que acabam desempenhando papéis atribuídos a elas como se fossem exclusivos. Esse modelo de divisão de tarefas, no qual as mulheres aprendem e passam adiante para as gerações seguintes, reforça a ideia de que seu papel principal na sociedade está relacionado ao cuidado e à reprodução. De maneira semelhante, Silvestro *et al.* (2001) apontam que essa divisão desigual de trabalho persiste em muitas propriedades rurais, com os homens sendo vistos como responsáveis pelas atividades produtivas no campo, enquanto as mulheres, muitas vezes, ficam invisibilizadas por estarem envolvidas em tarefas domésticas e de cuidado, que são consideradas socialmente menos produtivas.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, 2011), as lacunas de gênero presentes na sociedade, maiores para as mulheres do que para os homens, acabam por restringir seu acesso aos recursos produtivos, mercados e serviços, afetando a produtividade do setor que, de forma mais ampla, restringe o desenvolvimento econômico e social.

Silva (2019) afirma que, embora muitas vezes invisíveis, as mulheres rurais estão presentes na produção agrícola familiar, ocupando terras, plantando, colhendo e cultivando o desejo de conquistar maior autonomia e independência no campo, buscando, com seu trabalho, ter o controle sobre suas atividades e decisões, simbolizando a busca por uma ‘terra livre’ no sentido de liberdade para decidir sobre sua vida e produção.

Marion e Bona (2016) destacam que nas unidades produtivas familiares que praticam a pluriatividade¹, as mulheres desempenham um papel central, combinando atividades agrícolas e não agrícolas. Essa diversificação não ocorre apenas por escolha, mas, principalmente, por necessidade, uma vez que a busca por diferentes fontes de renda é fundamental para a manutenção econômica das famílias no meio rural.

Entretanto, apesar dessa atuação ampla e fundamental, o trabalho das mulheres continua sendo desvalorizado, pois muitas vezes mesmo sendo responsáveis por garantir o bem-estar da família, e acumulando uma extensa jornada de trabalho que envolve tanto os afazeres domésticos quanto a participação direta nas atividades [ditas] produtivas, sua contribuição não recebe o devido reconhecimento financeiro. Esse cenário aprofunda a desigualdade econômica entre homens e mulheres no campo (Costa; Dimenstein; Leite, 2014).

Além disso, essas relações desiguais de poder, presentes nos espaços públicos e privados, impactam diretamente a permanência das mulheres no meio rural; a falta de reconhecimento formal do trabalho feminino contribui para a invisibilização de sua participação na produção, limitando seu acesso a direitos e benefícios, como crédito rural, assistência técnica e políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar. Dessa forma, a desvalorização do trabalho das mulheres no campo não apenas reforça desigualdades históricas, mas também pode levar à migração dessas trabalhadoras para os centros urbanos, em busca de melhores condições de vida e oportunidades.

Fazendo um recorte para a atuação feminina em territórios quilombolas, Pereira (2014) destaca que mulheres quilombolas desempenham um papel essencial na economia de suas comunidades, participando ativamente das organizações sociais e buscando alternativas para a geração de trabalho e renda. No entanto, essas mulheres enfrentam desafios adicionais em relação a outras agricultoras familiares, pois estão sujeitas a uma intersecção de desigualdades ligadas à raça, gênero e território (Cardim, 2021). Além das dificuldades comuns da agricultura familiar, como o acesso limitado a crédito e infraestrutura, elas lidam com o racismo estrutural, a sobrecarga do trabalho produtivo e reprodutivo e a insegurança fundiária de seus territórios, fatores que ampliam sua vulnerabilidade. Apesar desses obstáculos, as mulheres quilombolas

¹ A pluriatividade é um conceito que se refere à prática de múltiplas atividades produtivas, econômicas ou sociais por um mesmo indivíduo ou unidade de produção, ao longo do tempo ou simultaneamente. No meio rural refere-se à diversificação das atividades econômicas realizadas por uma unidade de produção, ou seja, a prática de combinar várias atividades produtivas ou fontes de renda, como: trabalho em setores como o comércio, prestação de serviços, artesanato, produção de diferentes tipos de culturas, além da principal (Escher *et al.*, 2014).

se destacam como lideranças em suas comunidades, desempenhando um papel fundamental na preservação da identidade cultural e na luta por direitos.

Em relação às políticas públicas para trabalhadoras e trabalhadores brasileiras(os) do campo, destaca-se a criação, pelo Governo Federal em 1996, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que se constitui em uma política de crédito agrícola voltada aos agricultores(as) familiares (Hernández, 2009). O PRONAF era de responsabilidade inicialmente do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA)² e tinha como objetivo valorizar e investir nas atividades agrícolas das famílias agricultoras. Mas, apesar de ser um incentivo financeiro para as famílias agricultoras, percebeu-se uma prevalência do público masculino no acesso a estes investimentos, reforçando ainda mais a desigualdade de gênero no campo. Nos anos 2000, os grupos sociais que reivindicavam os direitos das mulheres estimavam que o acesso das mulheres ao crédito ofertado pelo PRONAF limitava-se a apenas 7% do total de mulheres atuantes na agricultura familiar (Hernández, 2009).

Como forma de fomentar a adesão das mulheres ao programa, o Governo Federal criou a portaria nº 121, de 22 de maio de 2001, que garantia uma linha de crédito específica para as mulheres dentro do PRONAF. Essa linha de crédito surgiu

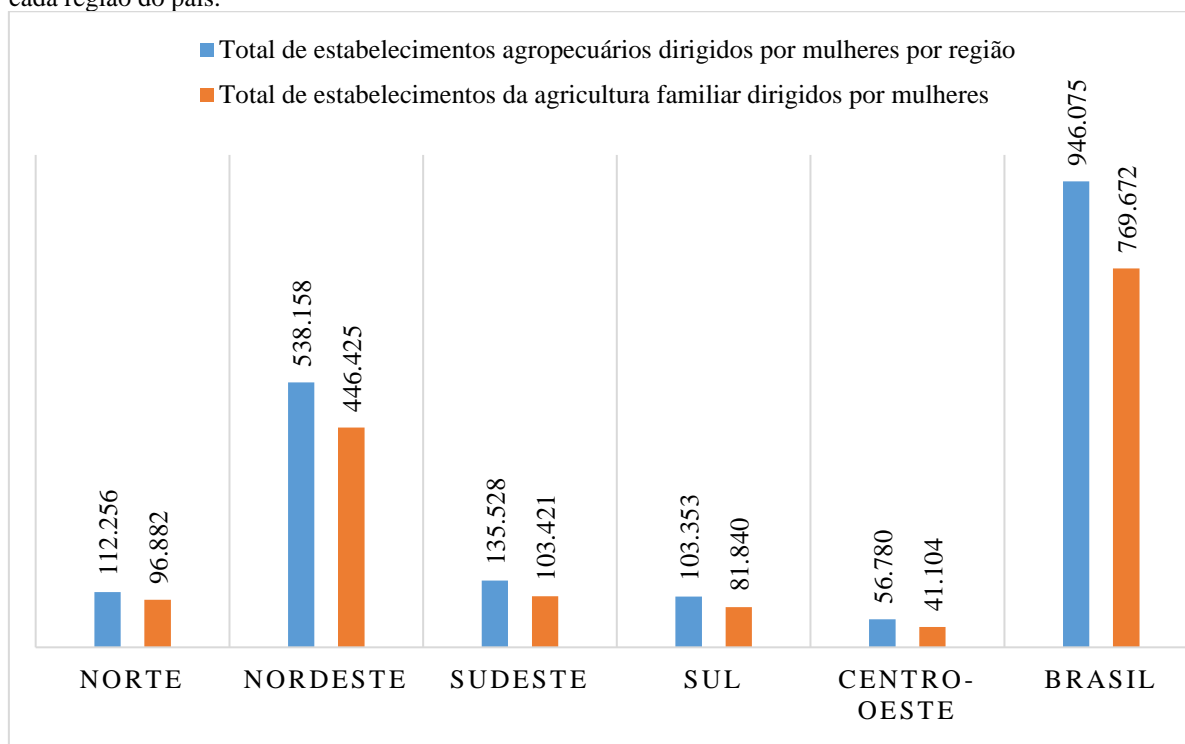
como forma de sanar o quadro apontado acima [...]. O Governo Federal lançou no Plano Safra 2003, uma linha de crédito dentro do PRONAF específica para as mulheres, denominado PRONAF Mulher. O PRONAF Mulher é definido como um crédito especial de investimento para projetos de interesse das esposas ou companheiras dos agricultores familiares, que contemplem atividades agregadoras de renda e/ou novas atividades exploradas pela unidade familiar visando o aumento da renda (Spanevello; Matte; Boscardin, 2016, p. 7).

Contudo, segundo Hernández (2009), muitas agricultoras familiares possuem receio de assumir dívidas que não consigam pagar depois. O medo do endividamento, associado à falta de conhecimento sobre operações financeiras, impede que muitas mulheres do campo busquem investimentos para melhorar suas atividades. Além disso, conforme apontado por Butto e Dantas (2011), embora existam políticas públicas voltadas para as mulheres rurais, a ausência de assistência técnica eficaz e a dificuldade no acesso às informações sobre linhas de crédito, como o PRONAF Mulher, ainda representam desafios significativos para que essas agricultoras consigam utilizar os recursos disponíveis de forma autônoma e segura.

² Desde 2023, quando Luis Inácio Lula da Silva assumiu o seu terceiro mandato como presidente, o MDA passou a incorporar também a agricultura familiar em seu nome, sendo atualmente denominado Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.

Apesar desses desafios, o Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo IBGE, mostra que a participação das mulheres como líderes rurais tem crescido nos últimos anos. Segundo Benites (2021), no Brasil, existem 5.073.324 estabelecimentos agropecuários, dos quais 946.075 são dirigidos por mulheres, representando 18,65% do total. Desses, 769.672 fazem parte da agricultura familiar, ou seja, 81,35% dos estabelecimentos agropecuários geridos por mulheres pertencem a essa categoria, conforme pode ser visualizado na Figura 2.

Figura 2 – Gráfico apresentando o total de estabelecimentos agropecuários dirigidos por mulheres no Brasil e em cada região do país.



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de Benites (2021).

Ainda de acordo com a Figura 2, a Região Norte apresenta 96.882 estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar dirigidos por mulheres, representando 86,30% do total de estabelecimentos agropecuários liderados por mulheres na região. Esse é o maior percentual entre todas as regiões do país, ficando 4,95 pontos percentuais acima da média nacional, que é de 81,35%. No entanto, isso não significa que o Norte tenha o maior número absoluto de estabelecimentos da agricultura familiar geridos por mulheres. No Nordeste, por exemplo, há um total muito maior de estabelecimentos desse tipo (446.425), mas eles correspondem a uma proporção menor dentro do total da região (82,95%) (Benites, 2021)

Essa diferença ocorre porque a porcentagem considera a distribuição dentro de cada região, o Norte tem um número total menor de estabelecimentos liderados por mulheres, mas a

grande maioria desses estabelecimentos pertence à agricultura familiar, resultando em um percentual mais alto, já no Nordeste, apesar do número absoluto de estabelecimentos ser muito superior, há uma quantidade relativamente maior de estabelecimentos não familiares, o que reduz a proporção da agricultura familiar dentro do total.

Além dessas regiões, o Sul e o Sudeste possuem, respectivamente, 79,18% e 76,31% dos estabelecimentos agropecuários dirigidos por mulheres classificados como agricultura familiar, ambas ficam abaixo da média nacional por 2,17 e 5,04 pontos percentuais, respectivamente. A Região Centro-Oeste apresenta os menores números tanto em quantidade total de estabelecimentos dirigidos por mulheres (56.780) quanto em participação da agricultura familiar (72,39%), sendo está 8,96 pontos percentuais inferior à média nacional (Benites, 2021).

A crescente presença de mulheres na liderança de unidades de produção familiar no campo reflete um aumento significativo no empoderamento feminino. Alves e Oliveira (2020) destacam que esse empoderamento é um agente transformador nas estruturas das sociedades patriarcais, conferindo às mulheres maior autonomia e liberdade. Contudo, é essencial analisar se essa liderança feminina decorre de uma mudança real nas dinâmicas sociais ou se é influenciada por políticas públicas que incentivam o registro de propriedades rurais em nome das mulheres. No Brasil, iniciativas como o Projeto de Lei nº 810/2020 visam estimular a titulação de terras em nome de trabalhadoras rurais familiares, reconhecendo a importância do acesso à terra para a autonomia econômica das mulheres no campo. O acesso à terra é fundamental para viabilizar a produção das mulheres rurais, sendo, para muitas, uma condição essencial para a conquista e a consolidação de sua independência financeira.

Em concordância com Alves e Oliveira (2020), Deere (2004) argumenta que o acesso à terra também pode ser considerado uma forma de empoderamento feminino no campo, tendo em vista que a posse da terra pela mulher se configura como poder de barganha que pode ser exercido dentro da família ou da própria comunidade, sendo essa uma forma de combater a desigualdade de gênero e promover a igualdade entre homens e mulheres.

Nesse contexto, nota-se que a luta pelo reconhecimento do trabalho e da atuação da mulher no campo possui relações com fatores econômicos e sociais, possivelmente arraigados nas desigualdades históricas de gênero, que acabam por contribuir com a invisibilidade do trabalho e do papel feminino no meio rural. Contudo, a figura da mulher como líder nas propriedades rurais da agricultura familiar tem se tornado cada vez mais comum, o que contribui para a visibilidade do trabalho feminino no campo, bem como ajuda a combater o preconceito de gênero. Neste sentido, na sequência será dada visibilidade ao caso da Dona

Maria Lourdes, a partir da descrição e reflexão sobre as múltiplas funções por ela desempenhadas, as quais têm contribuído significativamente para a manutenção e a reprodutibilidade de sua família na agricultura familiar.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção está organizada em dois tópicos, o primeiro tratará de um resumo geral da história da agricultora objeto da pesquisa, e o segundo apresentará as diversas atividades desenvolvidas por ela em sua unidade de produção familiar.

4.1 Síntese da história de vida de Dona Maria de Lourdes

Durante os Estágios Supervisionados I, II e III, realizados na Comunidade Baixo Itacuruçá em 2023, acompanhamos a rotina da família da senhora Maria de Lourdes, com o objetivo de compreender as atividades desenvolvidas na agricultura, na gestão e no funcionamento de seu estabelecimento agrícola ao longo de sete dias. Nesse contexto, observamos o papel fundamental desempenhado por Dona Maria Lourdes na unidade de produção familiar. Com 37 anos, nascida na Comunidade Quilombola Baixo Itacuruçá, no município de Abaetetuba-PA, Maria de Lourdes era casada com o senhor Davi, de 38 anos, e juntos eram pais de três filhas, com idades de 6, 5 e 3 anos. Por meio da aplicação de questionários semiestruturados, entrevistas, diálogos informais e observações diretas, foi possível conhecer mais profundamente sua história e trajetória como mulher, moradora da comunidade, agricultora familiar e os múltiplos papéis que desempenha tanto no ambiente doméstico quanto no social da comunidade.

Dona Maria de Lourdes cresceu ajudando seus pais nos trabalhos da roça e nas olarias, que até os anos 1990 foram uma importante fonte de renda para a localidade, além de auxiliar sua mãe nas tarefas domésticas. Em 2000 aos 14 anos, mudou-se para Belém, onde foi morar com parentes, com o objetivo de conciliar os estudos com o trabalho. Na capital, exerceu a função de empregada doméstica em uma casa de família, e apesar das dificuldades enfrentadas, especialmente pela dupla jornada entre trabalho e escola, conseguiu, com muito esforço e com o apoio dos parentes com quem vivia, concluir o Ensino Médio. Essa conquista foi marcada por persistência e superação, para a continuidade da escolarização, mesmo diante de desafios socioeconômicos.

Em 2006, Maria de Lourdes casou-se com seu primeiro esposo e em 2007 teve sua primeira filha, Jaiane. Após a separação do casal, ocorrida em 2012, permaneceu em Belém com a filha. No ano seguinte, por meio de familiares, conheceu Davi, que viria a ser seu segundo marido e atual esposo e, após um breve noivado, casaram-se em 2014. Dessa união nasceram quatro filhos: Davi Lucas, Débora, Vitória e Laura. No entanto, em 2016, a família enfrentou uma grande perda com o falecimento de Davi Lucas, vítima de pneumonia.

Além das dificuldades emocionais decorrentes dessa perda, Dona Maria de Lourdes enfrentou desafios estruturais e de saúde, já que foi forçada a deixar sua residência na Cidade Nova V, em Belém, devido ao risco de alagamento. Recebeu indenização e foi realocada pelo Governo do Estado do Pará para um apartamento em um residencial no bairro Coqueiro, em Ananindeua.

Em 2020, logo após o nascimento de sua filha mais nova, Laura, Maria de Lourdes desenvolveu uma grave doença de pele. Inicialmente surgiram bolhas que, ao estourarem, transformavam-se em feridas dolorosas, impedindo-a até mesmo de usar roupas. Durante esse período, a única forma de aliviar a dor era deitar-se no chão frio, e apesar de buscar atendimento médico e utilizar diversos medicamentos, os exames realizados não conseguiram identificar a causa do problema. Até hoje, Dona Maria de Lourdes carrega marcas no corpo decorrentes da doença, semelhantes a queimaduras, além de dores persistentes nas articulações. Mesmo diante de todas essas adversidades, ela mantém sua força e generosidade, destacando que sempre buscou ajudar o próximo, independentemente das dificuldades que enfrentou ao longo da vida.

Movidos pelos desafios enfrentados e pela saudade da família, Maria de Lourdes e seu esposo decidiram retornar, em outubro de 2022, com as filhas para a Comunidade Baixo Itacuruçá. Nesse período, o senhor Davi passou a trabalhar durante a semana em Belém, retornando para a comunidade aos finais de semana, enquanto Dona Maria de Lourdes e as filhas permaneceram em tempo integral na comunidade. Ao retornarem ao Baixo Itacuruçá, o pai de Dona Maria de Lourdes cedeu-lhe um lote de terra, cujo tamanho exato ainda não foi oficialmente mensurado. Essa doação pode ser compreendida nos termos do artigo 2.018 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002), que trata da partilha em vida, permitindo que um ascendente distribua seus bens entre herdeiros, desde que respeitada a parte legítima dos demais. No final de outubro daquele ano, mesmo sem a definição oficial das dimensões do terreno, a agricultora deu início ao plantio de frutíferas na propriedade.

Inicialmente, a família ficou hospedada em um casebre cedido pelo irmão de Dona Maria de Lourdes. Contudo, a estadia foi interrompida após a filha Vitória contrair pneumonia

e diante da gravidade da doença, que provocou várias paradas cardíacas, a família retornou a Belém para buscar tratamento médico. Felizmente, Vitória conseguiu se recuperar após um longo processo.

Guedes e Daros (2009) destacam que, no senso comum, a mulher é vista como a cuidadora natural da família, sendo associada a papéis como esposa, companheira, filha, mãe, tia ou avó. Em qualquer um desses papéis, espera-se que ela cuide de familiares adoecidos ou os apoie em momentos de fragilidade, priorizando esse cuidado em detrimento de seus próprios projetos, como ocorreu com Dona Maria de Lourdes. Além disso, segundo os autores, ao se identificar com essa função, muitas mulheres acabam se afastando da possibilidade de outras escolhas, tornando o ato de cuidar parte inseparável de sua rotina. Após o restabelecimento da saúde da filha, no início de 2023, a família retornou à Comunidade Baixo Itacuruçá para dar continuidade ao cultivo de frutíferas. Como ainda não possuíam residência própria, iniciaram a construção de uma casa no terreno e, enquanto esta não ficava pronta, alugaram uma moradia na comunidade para garantir melhores condições de acomodação.

Durante o período em que realizamos o estágio na comunidade, Jaiane, a filha mais velha, estava cursando o 1º ano do ensino médio na escola local. Com base nas informações coletadas via *WhatsApp*, atualmente ela se encontra no 3º ano do ensino médio e já planeja, assim que concluir essa etapa, mudar-se para Belém para prestar vestibular. As demais filhas: Débora, Vitória e Laura ainda estão no ensino fundamental e Dona Maria de Lourdes tem o desejo de que suas filhas trilhem caminhos diferentes dos seus: ela não quer que assumam, no futuro, a responsabilidade pela plantação. Seu maior objetivo é que todas estudem, ingressem em uma universidade e construam suas próprias profissões. Assim, os planos do casal em relação ao lote de terra consistem em continuar trabalhando até o fim de suas vidas, garantindo sustento e estabilidade para apoiar as filhas onde quer que elas estejam.

4.2 As múltiplas atividades desenvolvidas pela mulher na unidade de produção agrícola familiar estudada

Durante o período dos estágios, a família ainda residia na casa alugada, localizada a aproximadamente 150 metros da propriedade cedida pelo pai da interlocutora. Dona Maria de Lourdes dividia seu tempo entre os cuidados com a casa, a plantação, a igreja e as filhas, enquanto seu esposo, Senhor Davi, trabalhava no Mercado Ver-o-Peso, em Belém, descarregando pescados, e visitava a família apenas nos finais de semana.

Para Maria de Lourdes e sua família, a religião é algo muito importante, sendo a família seguidora e praticante da denominação cristã evangélica, onde ela e seu esposo atuam juntos como pastores na comunidade, na igreja Ministério da Assembleia de Deus Alfa e Ômega. Ela é responsável pela gestão da tesouraria da igreja, além de organizar vendas de comidas para arrecadar fundos para a construção da sua sede. Além disso, ela também dirige o coral e coordena ações solidárias na comunidade, e com sua dedicação e liderança contribui significativamente para o crescimento e o desenvolvimento da igreja e da comunidade.

Como já mencionado, a religião é uma parte fundamental da vida da família, sendo vista como uma forma de lazer e conexão com a comunidade, já que participam de eventos, passeios, excursões etc. promovidas pela igreja, favorecendo a criação e o estabelecimento de novos vínculos sociais. Tivemos a oportunidade de participar de um culto na igreja, onde apenas Dona Maria de Lourdes esteve à frente do púlpito, que é um local dentro de uma igreja onde são feitas as leituras da Bíblia. O Senhor Davi estava em Belém a trabalho e, por isso, não estava presente. Também estivemos presentes em um congresso de mulheres na Assembleia de Deus de Missões, em Moju-PA, onde Dona Maria de Lourdes se apresentou com o coral de mulheres por ela coordenado.

As filhas do casal também são envolvidas na organização dos cultos da igreja, embora a filha mais velha prefira não estar à frente das celebrações, ela se faz sempre presente na igreja. Atualmente, a igreja funciona em um barracão cedido pelo irmão da interlocutora, mas os pastores planejam construir um espaço próprio no futuro.

Na Comunidade Baixo Itacuruçá não há uma religião predominante, sendo a fé dividida principalmente entre católicos e evangélicos, não obstante também se encontram praticantes de religiões de matriz africana. Segundo Rodrigues e Heinen (2020), para entender o fenômeno religioso de uma comunidade quilombola, é necessário observar as manifestações religiosas dentro de seus contextos geográficos e culturais específicos. Nesse caso, as crenças predominantes são o catolicismo e o evangelismo. Além disso, práticas sincréticas de cura, que envolvem elementos das tradições católica, africana e indígena, também estão presentes. As religiões afro-brasileiras, como a umbanda, têm uma presença residual e não são amplamente professadas na comunidade.

Durante a vivência com a família também tivemos a oportunidade de acompanhar e contribuir na construção de sua casa (Figura 3). Assim como a Dona Maria de Lourdes, também executamos a função de auxiliar de pedreiro durante os dias em que estivemos hospedados na casa da família. Segundo Dona Maria de Lourdes, a família tem vários planos para o futuro,

mas o principal objetivo imediato é terminar a casa própria, já que estavam morando de aluguel. Durante nossa estadia, pudemos observar o empenho do casal, que trabalhava intensamente para que a casa fosse concluída o mais rápido possível.

Neste sentido, vale destacar que Dona Maria de Lourdes além de gerenciar a propriedade e realizar as tarefas domésticas, teve um papel fundamental na construção da casa, uma vez que ela assumiu diversas funções, como auxiliar de pedreiro, preparando massa de cimento, transportando materiais (tijolos, areia, seixo, cimento, madeira e telhas) e executando outras tarefas essenciais para acelerar o processo de edificação.

Figura 3 – Residência da família em construção.



Fonte: Pesquisa de campo (2023).

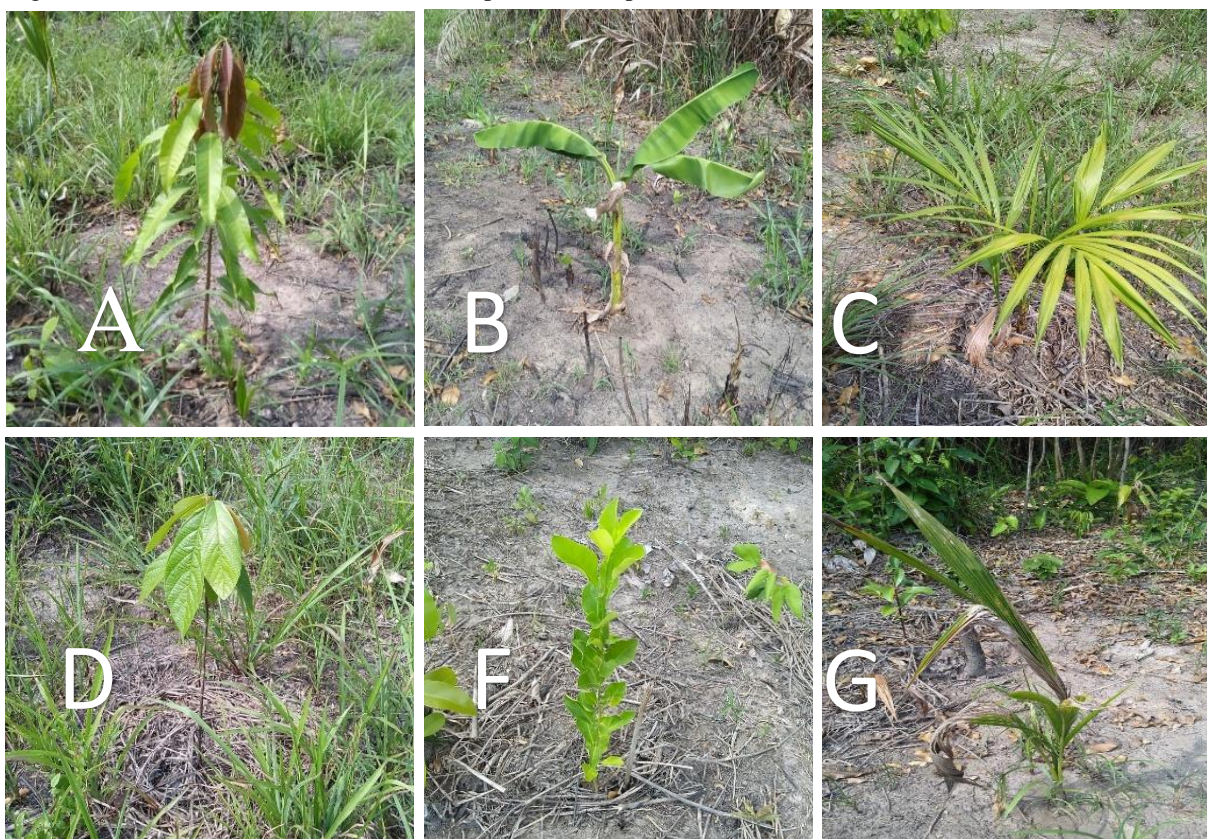
Quanto a sua atuação como mulher agricultora e dona de casa, Dona Maria de Lourdes menciona como é feita a divisão do trabalho na sua casa e na propriedade. O trabalho no lote fica em grande parte sob a sua responsabilidade, tanto em termos de mão-de-obra quanto no serviço doméstico na residência alugada. O marido participa das tarefas de construção da casa própria da família somente nos finais de semana, já que trabalha em Belém durante a semana, ficando ausente por cinco dias.

Em outubro de 2022 foram implantados alguns cultivos no lote da família, sendo Dona Maria de Lourdes a idealizadora e executora do projeto, reunindo uma variedade de mudas, algumas compradas, como as 70 mudas de açaí (*Euterpe oleracea* Mart.), e outras, generosamente, doadas pela comunidade. Assim, pode-se associar essa atuação de Dona Maria de Lourdes ao que é descrito por Cardoso *et al.* (2019), ao discorrerem que as mulheres desempenham um papel crucial na manutenção da biodiversidade por meio do conhecimento tradicional, gestão de recursos hídricos, coleta de sementes, manejo agrícola, liderança e transmissão de conhecimento. Ainda segundo Cardoso *et al.* (2019), as “agricultoras agroecológicas” são mulheres que realizam atividades agrícolas e não agrícolas com foco na produção para seus grupos familiares e comunidades, com base em práticas sustentáveis nos âmbitos social, ambiental, cultural, econômico e ecológico. Elas também desempenham papéis importantes em redes sociopolíticas e movimentos sociais, além de possuírem conhecimentos ancestrais passados de geração em geração e que se adaptam conforme as mudanças ambientais e culturais, contribuindo para o fortalecimento das relações sociais e a conservação da sociobiodiversidade.

Desse modo, Dona Maria de Lourdes plantou várias mudas e, com dedicação, desenvolveu um sistema de cultivo de frutíferas diversificado, que ainda estava em desenvolvimento e sem produção de frutos durante a realização da pesquisa.

A partir do sistema implementado por Dona Maria de Lourdes, o lote possui uma variedade de espécies em crescimento, sendo algumas delas apresentadas na Figura 4 e seus quadrantes, incluindo maracujá (*Passiflora edulis* Sims.), banana (*Musa* ssp.), quadrante B, coco (*Cocos nucifera* L.) quadrante G, cacau (*Theobroma cacao* L.), quadrante D, cupuaçu (*Theobroma grandiflorum* (Willd. ex Spreng.) Schum.), manga (*Mangifera indica* L.), quadrante A, bacaba (*Oenocarpus bacaba* Mart.), abacaxi (*Ananas comosus* L. Merril.), cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum* L.), caju (*Anacardium occidentale* L.), ingá (*Inga edulis*), limão (*Citrus limon* L. Burmann f.), quadrante F, toranja (*Citrus paradisi* Macf. (C. máxima Merr.), buriti/miriti (*Mauritia flexuosa* L.), bacuri (*Platonia insignis* Mart.), ajuru (*Chrysobalanus icaco* L.), quadrante F, mexerica (*Citrus reticulata* Blanco.), castanha da Amazônia (*Bertholletia excelsa* H. B. K.), muruci (*Byrsonima crassifolia* L. Rich.), pupunha (*Bactris gasipaes* Kunth Var. *gasipaes* Henderson) e açaí, quadrante C, totalizando 121 mudas de 21 espécies diferentes.

Figura 4 – Cultivos em desenvolvimento, implementados pela Dona Maria de Lourdes, no lote da família.



Fonte: Pesquisa de campo (2023).

Na unidade de produção familiar, Dona Maria de Lourdes tem a missão de fazer diariamente os tratos culturais nos cultivos, ela costuma iniciar seu dia bem cedo, começando com um café matinal, e em seguida, dirige-se ao seu lote para realizar a rega das plantas e limpeza do terreno. Como não dispõe de um sistema de irrigação, ela precisa recorrer a um método mais simples, porém mais desgastante, pegando água em uma caixa de água localizada na casa ao lado do seu terreno, que pertence a sua irmã. Com baldes em mãos, Dona Maria de Lourdes repete o processo de ir e vir, transportando água para regar suas plantas. Essa tarefa era realizada duas vezes ao dia, pela manhã e ao final da tarde, exigindo dedicação e esforço físico. Durante a vivência podemos participar ativamente dessas atividades, como mostram as Figuras 5 e 6.

Figura 5 – Caixa d'água.



Fonte: Pesquisa de campo (2023).

Figura 6 – Processo de pegar água com o balde³.

Fonte: Pesquisa de campo (2023).

Assim como a responsabilidade com o plantio, Dona Maria de Lourdes também dispõe sob as refeições, a limpeza da casa, a lavagem das roupas e outras atividades. Ela conta com o auxílio de sua filha mais velha, Jaiane, para olhar e cuidar das suas irmãs mais novas (Débora, Vitória e Laura), enquanto realiza os demais afazeres. No caso de serviços braçais que exijam muito esforço físico, Dona Maria de Lourdes geralmente recebe ajuda, de forma solidária de amigos e parentes, que residem próximo à família. Essa realidade relatada por Dona Maria de Lourdes está alinhada com a pesquisa realizada por Brumer (2004), onde a autora constatou que a mulher que trabalha no campo é responsável por executar tanto os trabalhos domésticos quanto os serviços agrícolas.

Complementando o exposto anteriormente, ao ser questionada sobre a sua motivação para atuar na agricultura, Dona Maria de Lourdes respondeu o seguinte:

³ A figura 6 trata da prática da observação participante realizada por uma das autoras do trabalho.

Desde criança eu amava as plantinhas, adorava correr no terreno de casa e subir nas árvores de frutas para comer. Eu também tinha costume de ir com meus pais para a roça, ajudava ele a limpar o terreno e a plantar. Depois de um tempo fui morar para Belém em busca de melhores condições para mim e minha família. Lá eu morava em apartamento e não tinha quintal, então eu não tinha terra para plantar. Aí no ano de 2022 eu voltei para a minha casa e ganhei um terreno do meu pai, a partir disso eu comecei a plantar e cuidar da terra, do jeito que meus pais me ensinaram e me motivaram a fazer (Relato de Dona Maria de Lourdes, colhido em 25/09/24).

A partir desse relato, Dona Maria de Lourdes informou que precisou sair da casa de seus pais ainda na adolescência para trabalhar como empregada doméstica na capital do estado, sendo este um reflexo do trabalho infantil que perdura até os dias de hoje. Neste contexto, as adolescentes do sexo feminino enfrentam desvantagens significativas em relação aos adolescentes de sexo masculino. Infelizmente, meninas são frequentemente vistas como uma opção “fácil” e “barata” para trabalhar em serviços domésticos, muitas vezes sem receber qualquer remuneração ou com remuneração insuficiente.

De acordo com Nogueira e Breda (2022), em um país de raízes eminentemente escravagistas como o Brasil, a prática de trabalho doméstico por crianças e adolescentes encontra bases de sustentação sólidas e atinge essencialmente meninas com ínfimo aparato financeiro, o bode expiatório da marginalização social. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que, em 2022, havia 1,9 milhão de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos em situação de trabalho infantil no Brasil, sendo que o trabalho doméstico ainda é uma das formas mais comuns de exploração infantil, afetando majoritariamente meninas (IBGE, 2022). Além disso, o ambiente doméstico onde ocorre esse tipo de trabalho, muitas vezes em residências de terceiros, aumenta a vulnerabilidade das meninas a diversas formas de violência, incluindo abusos físicos, psicológicos e sexuais.

Em relação ao recebimento de algum incentivo financeiro por parte dos governos para ampliar os trabalhos agrícolas em sua propriedade, Dona Maria de Lourdes relata o seguinte:

Recebo só o bolsa família das minhas meninas. Fora isso nunca vieram me oferecer nada, a única coisa que já me ofereceram uma vez foram as mudas de plantas que tenho no meu terreno, mas se tratando de dinheiro eu nunca recebi nada e mesmo se oferecessem, eu não sei se aceitaria, porque não entendo muito dessas coisas de banco e não sei se vou conseguir pagar o que eles me emprestarem (Relato de Dona Maria de Lourdes, colhido em 25/09/24).

A realidade narrada por Dona Maria de Lourdes também é compartilhada por muitas agricultoras familiares que, segundo Hernández (2009), têm receio de assumir dívidas que não consigam pagar posteriormente. O medo do endividamento, associado à falta de conhecimento sobre operações financeiras de crédito e financiamento, impede que muitas mulheres do campo busquem investimentos para melhorar suas atividades. Além disso, Butto e Leite (2010) apontam que a ausência de assistência técnica e de informações adequadas sobre as linhas de crédito, como o PRONAF Mulher, dificulta ainda mais esse acesso.

A partir disso, compreende-se que, embora o PRONAF represente um importante conquista para os(as) pequenos(as) produtores(as) familiares, não basta apenas fornecer crédito se os agricultores(as) não tiverem informações suficientes e assistências técnicas necessárias para utilizá-lo de forma eficaz. Cruz *et al.* (2018) destacam que a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é fundamental para que a agricultura familiar tenha acesso a políticas públicas de financiamento, pois auxilia os(as) agricultores(as) no preenchimento da documentação necessária e na orientação sobre a melhor aplicação dos recursos.

No caso de Dona Maria de Lourdes percebe-se que, além do medo de assumir dívidas, há também uma insuficiência de informações sobre as formas de pagamento, as carências, taxas de juros e as possibilidades e tipos de crédito específicos para mulheres agricultoras. Essa falta de acesso à informação e de apoio técnico reforça a desigualdade no campo, uma vez que muitas agricultoras acabam excluídas dos benefícios que poderiam fortalecer sua produção e garantir maior segurança financeira para suas famílias. Portanto, a ampliação dos serviços de ATER voltados para mulheres rurais e o fortalecimento de programas como o PRONAF Mulher são medidas essenciais para a inclusão produtiva dessas trabalhadoras para reduzir as barreiras estruturais que ainda limitam seu acesso a políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural. Dessa maneira, o fortalecimento da assistência técnica e da educação financeira para essas mulheres poderia contribuir significativamente para o desenvolvimento de suas unidades produtivas, permitindo que tenham maior autonomia e segurança na tomada de decisões financeiras.

Foi perguntado ainda para a agricultora, por meio de aplicativo de mensagens instantâneas no celular, sobre as principais dificuldades enfrentadas por ela no exercício das diversas atividades que realiza e que estão sob a sua responsabilidade. Ela respondeu da seguinte forma:

Acredito que o trabalho de qualquer agricultor tem desafios, mas falando de mim eu vejo que é muito difícil trabalhar com a terra e as plantações no geral. A minha maior dificuldade é carregar água para molhar as plantas, porque a água fica longe da plantação, então todo dia tem essa dificuldade (Relato de Dona Maria de Lourdes, colhido em 25/09/24).

Como se observa, Dona Maria de Lourdes cita a dificuldade em regar as plantas de sua propriedade, pois não possui um sistema de irrigação para ajudá-la nessa tarefa. A ausência deste sistema também perpassa pela falta de investimentos nas propriedades lideradas por mulheres, como citam Hernández (2009).

Apesar das inúmeras situações citadas por Dona Maria de Lourdes e do seu manifesto, na forma do relato sobre as dificuldades percebidas por ela no seu trabalho como agricultora, torna-se inegável que suas atividades agrícolas estão se expandindo, assim como o papel fundamental das mulheres agricultoras no Brasil, que tem se tornado protagonistas na produção de alimentos e na gestão de recursos naturais. No entendimento de Silva (2019), a presença da mulher na produção agrícola, mesmo que tenha seu trabalho prejudicado pela invisibilidade, está ocupando cada vez mais espaços nas propriedades rurais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada na Comunidade Quilombola Baixo Itacuruçá permitiu compreender a importância da atuação da mulher na manutenção da unidade de produção familiar e os desafios enfrentados pelas agricultoras nesse contexto. O estudo evidenciou que a agricultura familiar vai além da produção de alimentos, envolvendo aspectos culturais, sociais e econômicos fundamentais para a subsistência das famílias e para a existência do território.

Dona Maria de Lourdes se destaca como a principal responsável pela organização e execução das atividades produtivas na unidade de produção agrícola familiar, sendo um exemplo significativo do protagonismo da mulher na agricultura familiar, da força e da resistência no campo, conciliando o trabalho na produção agrícola com a construção da sua casa própria, além das responsabilidades domésticas, de cuidado com as filhas e na igreja.

As observações direta e participante, que nos permitiu vivenciar sua rotina, foram essenciais para perceber as dificuldades enfrentadas no dia a dia, como a necessidade de carregar água manualmente para irrigação das plantas, como também a ausência de assistência técnica e informações acessíveis e suficientes para o apoio e/ou o fomento às suas atividades. Essas dificuldades reforçam a necessidade de políticas públicas mais acessíveis e eficazes, que

considerem as demandas específicas das mulheres no campo, sobretudo das mulheres quilombolas, cujo histórico de vulnerabilidades é ainda maior quando comparado ao histórico de outras mulheres agricultoras, sendo que os reflexos dessa desigualdade ainda perduram atualmente.

A falta de assistência técnica e extensão rural é um dos principais entraves ao desenvolvimento da agricultura familiar, especialmente, para as mulheres, pois sem o suporte adequado, muitas agricultoras encontram dificuldades em acessar programas de financiamento, como o PRONAF. A literatura analisada reforça que a presença de ATER pode fazer a diferença na formação, orientação e capacitação das agricultoras, no auxílio com a documentação necessária para créditos, entre outras possibilidades.

Quanto às limitações desta pesquisa, podemos citar a dificuldade em obter algumas informações, sobretudo relacionadas a situação financeira da família, visto que a entrevistada preferiu não responder perguntas referentes a essa temática, fato esse que foi respeitado pelas entrevistadoras. Por isso também não foram trazidas ao longo dos Resultados e Discussão informações econômicas relacionadas a contribuição da Dona Maria de Lourdes para o sustento familiar, ou mesmo informações econômicas comparativas entre a sua contribuição à manutenção familiar com a do seu esposo.

Por fim, a pesquisa contribui para reforçar a necessidade de dar maior visibilidade para a atuação das mulheres na agricultura familiar e a urgência de políticas públicas voltadas ao fortalecimento dos seus protagonismos. A experiência de campo proporcionou não apenas um aprofundamento teórico de conteúdos trabalhados em sala de aula, como a Agroecologia atrelada às lutas feministas, antirracistas e para o incentivo à diversificação e à produção de alimentos saudáveis etc., mas também um aprendizado prático valioso, permitindo uma compreensão mais sensível e humanizada da realidade vivida por Dona Maria de Lourdes, uma representante do público foco da atuação, no futuro mundo do trabalho, do(a) profissional Tecnólogo(a) em Agroecologia, contribuindo, assim, para uma formação profissional contextualizada e alinhada às demandas e realidades locais da agricultura familiar.

Por fim, espera-se que este estudo possa servir como uma reflexão sobre a relevância do trabalho das mulheres no meio rural e sobre a importância de condições mais justas para seu desenvolvimento e sua permanência no campo, estimulando novas pesquisas sobre essa temática.

REFERÊNCIAS

- ALVES, S. M. C.; OLIVEIRA, G. B. Paulo Freire's Contributions to Women's Empowerment in the countryside. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 6, p. e42963452, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i6.3452. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/3452>. Acesso em: 14 out. 2024.
- AZAMOR, C. R. Pesquisa participante, representações sociais e psicossociologia: diálogos possíveis na escola. Fractal: **Revista de Psicologia**, v. 33, n. 2, p. 137-142, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v33i2/5979>. Acesso em: 15 mar. 2025.
- BENITES, M. E. R. **PRESENÇA FEMININA NA DIREÇÃO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS NO CAMPO BRASILEIRO: uma análise de perfil e evolução de variáveis entre os censos agropecuários de 2006 e 2017**. 2021. 262 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/234610>. Acesso em: 15 nov. 2024.
- BRASIL. Lei n. 10.406, 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 26 de mar. 2025.
- BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, jan./abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/vz3j55w5HN95Kj5QQkqFCR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 out. 2024.
- BUTTO, A.; DANTAS, I. **Autonomia e cidadania**: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. Disponível em: <https://repositorio.iica.int/handle/11324/6967>. Acesso em: 26 mar. 2025.
- CARDIM, G. K. B. **Mulheres quilombolas**: território, gênero e identidade (em dez comunidades do Brasil). 2021. 79f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Departamento de Ciências Humanas, Campus V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/13215/1/Arquivototal.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2025.
- CARDOSO, E; JALIL, L; TELLES, L; ALVARENGA, C; WEITZMAN, R. **Guia Metodológico da caderneta agroecológica**. Recife: FIDA, 2019. Disponível em: <https://www.unicap.br/coloquiodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/5Col-p.1371-1384.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2025.

- COSTA, M. G. S. G.; DIMENSTEIN, M. D. B.; LEITE, J. F. Condições de vida, gênero e saúde mental entre trabalhadoras rurais assentadas. **Estud. psicol.**, Natal, v. 2, n. 19, p. 145-154, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2014000200007>. Acesso em: 11 jan. 2025.
- CRUZ, N. B.; JESUS, J. G.; BACHA, C. J. C.; COSTA, E. M. Acesso da agricultura familiar ao crédito e à assistência técnica no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 3, n. 59, 2021. e226850. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.226850>. Acesso em: 11 jan. 2025.
- DAROS, M, A; GUEDES, O, S. O cuidado como atribuição feminina: contribuições para um debate ético. *Serv. Soc. Rev. Londrina*. v.12, n.1, p.122-134. 2009. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/viewFile/10053/8779> Acesso em: 25 mar. 2025.
- DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175-204, abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/msym4LnpmqCbHjSdSJqzygL/abstract/?lang=pt> Acesso em: 10 out. 2024.
- ESCHER, F.; SCHNEIDER, S.; SCARTON, L. M.; CONTERATO, M. A. Caracterização da pluriatividade e dos plurirrendimentos da agricultura brasileira a partir do Censo Agropecuário 2006. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. 4, p. 657-678, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/zDDK4zsbCFyYnKGHgBt8Mnr/>. Acesso em: 17 de mar. 2025
- EVÊNCIO, K. M. de M. *et al.* Dos tipos de conhecimento às pesquisas qualitativas em educação. **Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, v. 13, n. 47, p. 440-452, out. 2019. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2105/3133>. Acesso em: 17 mar. 2025.
- FERNANDES, B. V. C.; VILHENA, E. F.; SANTOS, E. B. dos.; SILVA, G. N. da.; SILVA, F. C. M. da.; SANTOS, J. P. M. dos.; SANTOS, K. F. da. S.; CORDEIRO, K. M.; NEGRÃO, L. L.; FERREIRA, N. de. F. R.; MONTEIRO, R. da. T.; MAIA, S. A.; SENA, V. T. D.; SILVA, V. S. da. **Relatório de Estágio Supervisionado IV** - Análise diagnóstico do sistema agrário da Comunidade Baixo Itacuruçá, zona rural do município de Abaetetuba, Pará. UFFA, Abaetetuba, 2024. Acesso em: 11 jan. 2025. No prelo.
- GONÇALVES, M. M. da C. F. **Estudo de casos de agroindústrias da agricultura familiar em Pernambuco**. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2014. Disponível em: <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede/bitstream/tede2/4609/2/Micheline%20Maria%20da%20Conceicao%20Franca%20Goncalves.pdf>. Acesso: 25 mar 2025.

HEPP, M. D. Reconhecimento do trabalho e direitos das mulheres agricultoras no Brasil: Um desafio contemporâneo no espaço privado e no espaço público. **VERUM: Revista de Iniciação Científica**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 24-36, 2023. DOI: <https://doi.org/10.56579/verum.v2i1.353>. V.2, p.353. Disponível em: <https://revistas.ceeinter.com.br/revistadeiniciacaocientifica/article/view/353>. Acesso em: 10 mar. 2025.

HERNÁNDEZ, C. O. **Política de crédito rural com perspectiva de gênero**: um meio de “empoderamento” para as mulheres rurais? Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), 2009. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/16405>. Acesso em: 25 mar 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: trabalho infantil. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. p.12. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38700-de-2019-para-2022-trabalho-infantil-aumentou-no-pais>. Acesso em 11 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Brasília: IBGE, 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em: 23 nov. 2024.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. Disponível em: https://hugoribeiro.com.br/area-restrita/Ludke_Andre-Pesquisa_Educaca_abordagens_qualitativas.pdf Acesso em: 26 mar. 2025.

MARONEZE, A. R.; NIELSSON, J. EFEITOS DO CAPITALISMO E DO NEOLIBERALISMO NA VIDA DAS MULHERES: perspectivas sobre identidades, direitos e reconhecimento. **Revista de Estudos Interdisciplinares**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 01–18, 2024. DOI: 10.56579/rei.v6i2.1322. Disponível em: <https://revistas.ceeinter.com.br/revistadeestudosinterdisciplinar/article/view/1322>. Acesso em: 13 ago. 2025.

MARION, A. A.; BONA, A. N. **A importância da mulher na agricultura familiar**. 2016. Disponível em: <https://publicacresol.cresolstituto.org.br/upload/pesquisa/227.pdf>. Acesso em: 23 de out. 2024.

MESQUITA, L. A. P. de. **O papel das mulheres na agricultura familiar**: a comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás. 2013. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/O-papel-das-mulheres-na-agricultura-familiar%3A-a-de-Mesquita/84f325678b7cd435b35f20600b81d34b030ef864>. Acesso em: 18 out. 2024.

MEUS, A. G. A.; ETHUR, L.Z. O protagonismo da mulher e sua representatividade no desenvolvimento local da agricultura familiar. **Revista Conexão UEPG**, n. 17, p. 31, 2021.

NOGUEIRA, B. Trabalho infantil doméstico no Brasil do século XXI: principais causas que contribuem para sua perpetuação. **Revista eletrônica da escola judicial do TRT da sexta região**, 2023. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/226175?locale-attribute=en>. Acesso em: 25 mar. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA - ONU. **Las mujeres en la agricultura**: Cerrar la brecha de género en aras del desarrollo. Rome: FAO, 2011. Disponível em: <http://www.fao.org/3/i2050s/i2050s00.htm>. Acesso em: 23 out. 2024.

PEREIRA, H.; VELLOSO, T.; ALBUQUERQUE, D. A mulher quilombola sob uma perspectiva rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 11., 2020, São Cristóvão. Cadernos de Agroecologia – ANAIS [...]. São Cristóvão: Associação Brasileira de Agroecologia, 2020. v. 15, n. 2. <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/5184/3243>. Acesso em: 26 mar. 2025.

POJO, E. C. **Gapuiar de saberes e de processos educativos e identitários na comunidade do Rio Baixo Itacuruçá, Abaetetuba – PA**. Tese. Doutorado em Ciências Sociais. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2017. 243f. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/990900?i=1>. Acesso em: 25 mar 2025.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - PPC. Universidade Federal do Pará - UFPA. **PPC Agroecologia. Doc.** UFPA, 2018. Disponível em: <https://fadecam.ufpa.br/index.php/graduacao/tecnologia-em-agroecologia>. Acesso em: 7 mar. 2025.

RODRIGUES, H. E.; SILVA, C. de. L.; SOUSA, E. O. de.; LIMA, J. F. da. S.; ARAÚJO, J. H. de. L. Mulheres na agricultura familiar: uma análise no estado do Pará. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável - GUAJU**, Matinhos, v. 7, n. 2, jul./dez. 2021. Disponível em: <http://www.revistas.ufpr.br/guaju>. Acesso em: 23 out. 2024.

RODRIGUES, D.; HEINEN, I. Católicos, evangélicos e umbandistas: diversidade religiosa numa comunidade quilombola da Amazônia paraense. **Religare**, v. 17, n. 2, p. 505-536, dez. 2020. ISSN 1982-6605. Disponível em: <https://www.religare.org>. Acesso em: 27 mar. 2025.

SCHNEIDER, C. O.; GODOY, C. M. T.; WEDIG, J. C.; VARGAS, T. O. Mulheres rurais e o protagonismo no desenvolvimento rural: um estudo no município de Vitorino, Paraná. **Interações**, Campo Grande, v. 21, n. 2, p. 277-291, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v21i2.2560>. Acesso em: 14 out. 2024.

SANTOS, E. B. dos.; FERREIRA, de F. R. **Relatório dos Estágios Supervisionados I, II e III** - Análise diagnóstico do sistema agrário da comunidade Baixo Itacuruçá, zona rural do município de Abaetetuba, Pará. UFPA, Abaetetuba, 2023 Acesso em: 10 out 2024 (no prelo).

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. Livro eletrônico. 1. ed. São Paulo, 2013. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/portal/> Acesso em: 25 mar. 2025.

SILVA, E. R. A. da. C. **Agenda 2030**: ODS - Metas nacionais dos objetivos de desenvolvimento sustentável. Ipea, 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br> Acesso em: 15 out. 2024.

SILVA, K. G. As relações do cuidado: responsabilidade pública ou privada? In: **CONGRESSO ESTADUAL DE ASSISTENTES SOCIAIS DO RIO DE JANEIRO**, 2., 2016, Rio de Janeiro. *Anais do II Congresso Estadual de Assistentes Sociais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CRESS-RJ, 2016. Disponível em: <<https://www.cressrj.org.br/wp-content/uploads/2016/05/119.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2025.

SILVA, M. R. Gênero, desigualdades e agricultura: a mulher na atividade agrícola familiar. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 5, n. 3, p. 2095-2105, mar. 2019.

SILVESTRO, M. L.; ABRAMOVAY, R.; MELLO, M. A. de.; DOIGON, C.; BALDISSERA, I.T. (2001). **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Epagri; Brasília: Nead, 2001, Florianópolis.

SPANEVERELLO, R.M.; MATTE, A.; BOSCARDIN, M. Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Polis. Revista Latinoamericana**, n. 44, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/polis/11963>. Acesso em: 26 mar 2025.

WANDERLEY, M. de. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: TEDESCO, J. C. (Org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 23-56. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Ra%C3%ADzes%20Historicas%20do%20Campesinato%20Brasileiro%20%20Maria%20de%20Nazareth%20Baudel%20Wanderley%20-%201996.pdf>. Acesso em: 14 out. 2024.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. p. 105. Disponível em: https://maratavarespsictics.pbworks.com/w/file/attach/74304716/3-YIN-planejamento_metodologia.pdf. Acesso: 25 mar. 2025.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAMPO
 Rua Manoel de Abreu, s/n, Bairro: Mutirão, CEP: 68.440-000 FONE/FAX: (91)3751-1131/3751-1107
 Abaetetuba – Pará

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Eu, _____, Coordenador Local da Comunidade Quilombola Baixo Itacuruçá, R.G.: _____, CPF: _____, AUTORIZO os(as) discentes do curso Superior de Tecnologia em Agroecologia abaixo relacionados a realizarem, com os moradores e representantes da comunidade da pesquisa, o componente curricular denominado Estágio Supervisionado I, II e III, que têm como objetivos: Estágio Supervisionado I: permitir aos estudantes ter um primeiro contato com a agricultura familiar e, conseqüentemente, levantar questionamentos iniciais sobre a realidade rural (social e ambiental) e os processos produtivos, que deverão ser amadurecidos ao longo do curso; e estabelecer contato com as famílias, os aspectos históricos, sociais, culturais, econômicos e produtivos gerais. Estágio Supervisionado II: permitir ao estudante realizar levantamentos mais aprofundados referentes aos elementos do sistema de produção e acompanhamento sistemático do ciclo agrícola nos espaços de produção, aplicando os conhecimentos técnico-científicos adquiridos ao longo do curso. Descrição dos espaços e sistemas de produção (cultivo, agroextrativista, criação animal, atividades anexas), no nível das parcelas, dos rebanhos e dos espaços locais de exploração dos recursos naturais disponíveis, apontando fluxos. Indicar as principais atividades a serem acompanhadas em maior profundidade no próximo estágio. Estágio Supervisionado III: permitir ao estudante aprofundar a descrição e análise das principais atividades desenvolvidas pela família, relacionando também com a comunidade, e aspectos culturais e sociais apreendidos nos trabalhos de campo anteriores. Identificar as interações entre os sistemas e subsistemas, os principais fatores limitantes e entraves, bem como as potencialidades, de modo a possibilitar a elaboração de um projeto de melhorias e proposições, a ser apresentado no 4º Estágio Supervisionado. Neste sentido, os(as) discentes conviverão com as famílias no período e realizarão atividades de pesquisa como entrevistas com apoio de formulários/questionários, observação direta e participante, registros fotográficos e gravações de áudio e vídeo (caso autorizadas), dentre outras metodologias necessárias para alcançar os objetivos dos estágios.

NOME COMPLETO	CPF	CONTATO
Eliza Batista dos Santos		
Nilvana de Fátima Rodrigues Ferreira		

QUESTOES GERAIS SOBRE A PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

É resguardado o seu direito de se retirar deste estudo a qualquer momento. Mesmo após sua autorização o (a) senhor (a) terá o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, independente do motivo e sem sofrer qualquer prejuízo a sua pessoa. Terá também o direito de acesso, em qualquer etapa do estudo, a qualquer esclarecimento de eventuais dúvidas. Para tanto, bastará entrar em contato com os(as) pesquisadores(as) responsáveis.

Quanto aos riscos e desconfortos para os(as) participantes da pesquisa, estes não são previsíveis. Mas,

desconfortos e/ou aborrecimentos poderão ocorrer em função do tempo que levará durante as entrevistas e do possível constrangimento para expressar o seu posicionamento em relação aos aspectos levantados. A participação é voluntária e não trará qualquer benefício direto, mas oportunizará um melhor conhecimento sobre as questões sociais, produtivas, econômicas e ambientais abordadas durante as atividades dos Estágios Supervisionados I, II e III e poderá também servir de base para futuros estudos da temática.

A participação no estudo não trará qualquer ônus financeiro (despesas) aos participantes, bem como a legislação brasileira não permite que eles/elas tenham qualquer compensação financeira pela participação em pesquisas. Assim, não é garantido nenhum tipo de remuneração ou compensação material aos participantes da pesquisa em função do seu consentimento espontâneo em participar deste estudo.

Caso o (a) senhor (a) e os demais participantes da pesquisa venham a sofrer algum eventual dano ou prejuízo material ou imaterial em decorrência da pesquisa poderá solicitar indenização, de acordo com a legislação vigente.

As informações e resultados da pesquisa serão publicadas em artigos científicos em revistas científicas nacionais ou internacionais e em outros meios, como eventos científicos. Seus nomes poderão ser divulgados na pesquisa somente se vocês permitirem. Caso não concorde, a sua identidade poderá ser sempre mantida em sigilo, garantindo o seu anonimato e a confidencialidade da pesquisa. Mas, sempre existe a remota possibilidade da quebra do sigilo, mesmo que involuntário e não intencional, cujas consequências serão tratadas nos termos da lei.

O (a) senhor (a) receberá uma cópia do termo. Guarde cuidadosamente a sua via, pois é um documento que traz importantes informações de contato e garante os seus direitos e dos demais moradores da Comunidade como participantes da pesquisa.

A condução da pesquisa se baseia nas normas das Resoluções 466/12 e resolução 510/16 e os pesquisadores se comprometem a cumpri-las.

Os pesquisadores acima qualificados se comprometem a:

- 1- Obedecerem às disposições éticas de proteger os participantes da pesquisa, garantindo-lhes o máximo de benefícios e o mínimo de riscos.
- 2- Assegurarem a privacidade das pessoas citadas nos documentos institucionais e/ou contatadas diretamente, de modo a proteger suas imagens, bem como garantem que não utilizarão as informações coletadas em prejuízo dessas pessoas e/ou da instituição, respeitando deste modo as Diretrizes Éticas da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, nos termos estabelecidos na Resolução CNS Nº 466/2012, e obedecendo as disposições legais estabelecidas na Constituição Federal Brasileira, artigo 5º, incisos X e XIV e no Novo Código Civil, artigo 20.
- 3- Caso ocorra a autorização dos (as) entrevistados (as) para que seus nomes sejam divulgados o 2º ponto em relação a privacidade será desconsiderado, seguindo-se com a garantia de não utilizar as informações coletadas em prejuízo dessas pessoas ou instituições.

Autorizo a divulgação do nome ().

Não autorizo a divulgação do nome ().

CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIMENTO

Eu declaro que li este documento (ou tive este documento lido para mim por uma pessoa de minha confiança) e fui devidamente esclarecido (a) pelos(as) pesquisadores(as) sobre os termos apresentados e o aceito, por minha livre e espontânea vontade. Sendo assim, AUTORIZO a realização desta pesquisa assinando o presente documento em duas vias de igual teor e forma, ficando uma em minha posse.

Abaetetuba, Pará, /10/2023.

Assinatura do representante

APÊNDICE B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E GRAVAÇÃO

As imagens capturadas poderão ser utilizadas em relatórios de pesquisa e trabalhos acadêmicos de abrangência nacional e internacional, bem como apresentadas em eventos científicos. Por esta ser a expressão da minha vontade, DECLARO QUE AUTORIZO os usos acima descritos, sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à imagem ou a qualquer outro, assinando o presente documento em duas vias de igual teor e forma, ficando uma em minha posse.

Abacatuba-PA, ____ de Outubro de 2023.

Assinatura

APÊNDICE C – ROTEIRO DE PERGUNTAS QUE FORAM FEITAS A AGRICULTORA INTERLOCUTORA POR MEIO DO APLICATIVO DE MENSAGENS WHATSAPP

Roteiro de perguntas que foram feitas a agricultora interlocutora, após os Estágios Supervisionados I, II e III, por meio do aplicativo de mensagens *whatsapp*.

- 1- Qual a sua motivação para atuar na agricultura?
- 2- Você já recebeu algum incentivo financeiro por parte dos governos para ampliar os trabalhos agrícolas em sua propriedade?
- 3- Quais as principais dificuldades enfrentadas no exercício das diversas atividades que realiza e que estão sobre sua responsabilidade?



ANEXO A – QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO UTILIZADO DURANTE OS ESTÁGIOS DE CAMPO I, II E III, CUJOS ALGUNS DADOS COLETADOS RESULTARAM NESTE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.



Universidade Federal do Pará
Campus Universitário de Abaetetuba
Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo

Formulário – Estágios
Turma: Agroecologia 2020

Nome dos(as) entrevistadores(as): _____
Nome da propriedade/terreno: _____
Período: _____ Localidade: _____

ASPECTOS GERAIS DA FAMÍLIA, DO LOTE E DAS RELAÇÕES ESTABELECIDAS COM O MEIO ENVOLVENTE

Qual o nome (apelido) e idade do casal?

Homem:

Idade:

Mulher:

Idade:

Contato telefônico: _____

COMPOSIÇÃO DA FAMÍLIA:

Nº	Nome	Idade	Parentesco	Escolaridade	Principais atividades desenvolvidas agrícolas e não agrícolas	Naturalidade	Reside no lote	Estuda (Sim ou Não)
01								
02								
03								
04								

1

05								
06								
07								

Qual a localização da propriedade/terreno: _____

Qual o tamanho da propriedade/terreno?

HISTÓRIA DA FAMÍLIA

Objetivo: compreender a trajetória familiar antes e depois de formarem a família

Qual a trajetória individual antes de formarem a família?

O casal morou em outros lugares antes de vir para a propriedade/localidade/comunidade?

Há quanto tempo estão no lote/terreno?

Por que motivo vieram para esta localidade?

Se tiverem filhos, qual o ano de nascimento deles?

Trajetoira do casal (Antes do lote, no lote e atual)

	Local a partir da origem	Período (anos)	Atividades Desenvolvidas	Já possuía terra?
Esposa (antes do casamento)				
Marido (antes do casamento)				
Casal (Fases)	Local onde moraram	Período	Composição Familiar	Situação em relação à terra (posse, propriedade, etc.)

2

Quais as principais dificuldades na propriedade/terreno quando chegaram/formaram a família?

Quais as experiências do casal com a agricultura, criações ou extrativismo (animal, vegetal e mineral) antes da vinda para a propriedade?

Qual a forma de aquisição da terra/terreno?

- () Compra - Valor: R\$ _____
 () Troca - Trocou em quê? _____
 () Herança
 () Arrendada - Valor do arrendamento: R\$ _____
 () Outros: _____

Possui documentação da terra/terreno? () Sim. () Não. Se sim, quais:

- () Título definitivo / individual ou coletivo
 () Posse
 () Recibo de compra e venda
 () Documentação de regularização ambiental
 () Não tem nenhum documento
 () _____

Benfeitorias existentes no imóvel: (1) Ótimo (2) Bom (3) Regular (4) Ruim R\$== Custo inicial					
Casa ()	Cerca ()	Casa da Farinha ()	Pocilga/porcos ()	Viveiro ()	Aviário ()
Ano: _____ R\$ _____	Ano: _____ R\$ _____	Ano: _____ R\$ _____	Ano: _____ R\$ _____	Ano: _____ R\$ _____	Ano: _____ R\$ _____
Outro: _____ Ano: _____ R\$ _____	Outro: _____ Ano: _____ R\$ _____	Outro: _____ Ano: _____ R\$ _____	Outro: _____ Ano: _____ R\$ _____	Outro: _____ Ano: _____ R\$ _____	Outro: _____ Ano: _____ R\$ _____

3

Possui outra propriedade/terreno em área rural e/ou urbana?

() Sim () Não

Tamanho da área: _____ ha

Onde fica: _____

Já recebeu alguma proposta para vender sua propriedade/terreno? Se vendeu, quais as motivações? Se não, o que o motivou a não vender?

Tem interesse em adquirir mais terras? Se sim, qual a finalidade da aquisição?

CRÉDITO E ATER

Verificar o histórico de crédito e de financiamento da família

Tipo de crédito	Atividade financiada	Valor R\$	Valor da parcela R\$	Qtd de parcelas pagas

Como tomou conhecimento do crédito?

Houve dificuldade para ter acesso ao crédito?

Recebeu assistência técnica para a atividade financiada?

Quando? _____

De quanto em quanto tempo é feito o acompanhamento _____

Qual o órgão que acompanha/acompanhou o financiamento?

4

Já recebeu ou recebe Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) sem ser de financiamento? De qual instituição? Quando? Sobre o que? Atividades desenvolvidas durante o processo de ATER.

Já participou de dias de campo, seminários, cursos, capacitação?

Quais? _____
Onde? _____
Quando? _____
Qual tema? _____

- Qual sua opinião com relação a essas orientações? Prática algumas delas?
- Houve resultados da ATER recebida no funcionamento do lote/terreno?

Existem outros meios de obtenção de informação sobre informações técnicas (tv, revista, vizinhos, internet)?

SITUAÇÃO SOCIAL DA FAMÍLIA (MEIO SOCIOECÔMICO)

Participa de alguma organização social (associação, cooperativa, sindicato)?

Sim Não.

Caso participe, qual? E desde quando?

O que leva a participar dessas organizações sociais?

Quais os benefícios que a organização trouxe (créditos, cursos, técnicos, ATER, etc.)?

Existem relações de trabalho entre os agricultores na comunidade?

- Troca de diárias
- Meia
- Venda de mão de obra
- Mutirão
- Outros: _____

5

Como é a relação com vizinhos? Há espaços de convivialidade na comunidade? Há conflitos?

Alimentos e outros bens comprados:

Qual o percentual dos alimentos consumidos pela família teve que ser comprado, isto é, de fora do lote? Tentar verificar em relação ao consumo médio mensal.

- Nada foi comprado
- Até 10% do que foi consumido
- de 11 a 30% do que foi consumido
- de 31 a 50% do que foi consumido
- de 51 a 70% do que foi consumido
- mais de 70% do que foi consumido

Quais os principais produtos alimentícios adquiridos? Onde esses produtos foram comprados?

|

Como avalia a qualidade dos alimentos comprados e dos outros alimentos consumidos pela família?

Como avalia a quantidade de alimentos disponíveis para o uso alimentar no terreno? No último ano (levar em consideração o último ciclo agrícola) teve alguma situação em que foi necessário comprar alimentos para a manutenção da família, mas não tinham recurso financeiro para adquirir?

No último ano (levar em consideração o último ciclo agrícola) teve alguma situação em que faltou alimento para a manutenção da família? Se sim, qual a frequência e como resolveram a situação?

Quais itens, produtos não alimentícios, costumam ser adquiridos pela família? Onde esses produtos foram comprados?

Religiões e festividades:

A família possui alguma religião? Se sim, qual? Qual a frequência de participação em missas, cultos, encontros?

A família ou algum membro possui atuação ou liderança na comunidade? De que tipo? Há algum tipo de conflito ou discordâncias religiosas entre pessoas da comunidade e a família?

6

A religião influencia em alguma prática coletiva, por exemplo, mutirões? Se sim, como?

Infraestrutura local (comunidade)

Educação:

Como é o acesso à educação na comunidade? Há escolas? Se sim, para quais níveis de ensino?

Transporte:

Quais os meios de transporte utilizados pela família? Qual a frequência de disponibilidade? Quais os preços?

Como é feito escoamento dos produtos? Quanto pagam?

Caracterize o estado das vias de acesso à comunidade.

Energia elétrica e internet: histórico e contexto atual.

Há energia elétrica na casa? Se sim, qual a fonte geradora/fornecedora (Rede pública, motor, placas solares etc.)? Desde quando está disponível? Quais os principais problemas relacionados à energia elétrica?

- Energia Elétrica: Tem com Relógio Tem sem Relógio Gerador próprio Não tem Outro: _____

- Avaliação de fornecimento de Energia: (1) Ótimo (2) Bom (3) Regular (4) Ruim

Tem internet disponível? Qual a fonte?

Saneamento/Coleta de lixo/Reciclagem:

- Abastecimento de Água: Rede Geral Poço Artesiano Poço céu aberto Rio/igarapé Outro: _____

7

- Avaliação de Abastecimento de Água: (1) Ótimo (2) Bom (3) Regular (4) Ruim Por quê?
- Destinação do lixo: <input type="checkbox"/> Coleta pública <input type="checkbox"/> Enterra <input type="checkbox"/> Céu aberto <input type="checkbox"/> Queima <input type="checkbox"/> Outros: _____
- Avaliação da destinação do lixo: (1) Ótimo (2) Bom (3) Regular (4) Ruim Por quê?
- Eliminação dos Dejetos: <input type="checkbox"/> Rede de esgoto <input type="checkbox"/> Fossa séptica <input type="checkbox"/> Vala a céu aberto <input type="checkbox"/> Outros: _____

Serviços de saúde, Acesso aos serviços de Agente Comunitário de Saúde (ACS)

- Doenças Frequentes:
<input type="checkbox"/> Verminoses <input type="checkbox"/> Hepatite <input type="checkbox"/> Febre amarela <input type="checkbox"/> Dengue <input type="checkbox"/> Malária
<input type="checkbox"/> Câncer <input type="checkbox"/> Diabete <input type="checkbox"/> Alergia <input type="checkbox"/> Micoses <input type="checkbox"/> Diarreia
<input type="checkbox"/> Outra: _____

Existe posto de saúde na comunidade? Se sim, como é o serviço (presença e frequência de profissionais de saúde, disponibilidade de remédios e vacinas, etc.)? Se não, onde a família encontra atendimento de saúde quando necessário?

Recebe acompanhamento de Agente Comunitário(a) de Saúde (ACS) na casa? Se sim, como ocorre e a frequência?

Relação com Universidades/Institutos/Órgãos públicos:

Qual relação/proximidade/acesso da família em relação:

- Instituições de Ensino Superior Públicas (UFPA, IFPA, UFRA, UEPA): Muito baixa Baixa Média Boa Muito boa . Com qual(is) instituições? _____
- Instituições de Ensino Superior Privadas: Muito baixa Baixa Média Boa Muito boa . Qual(is)? _____
- Instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER, Secretaria de Agricultura, etc.): Muito baixa Baixa Média Boa Muito boa . Qual(is)? _____
- Prefeitura. Muito baixa Baixa Média Boa Muito boa Qual(is)? _____
- Outras: _____

Quais os planos (intenções ou objetivos a médio e longo prazo) da família?

8

CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE DE PRODUÇÃO

Qual o tamanho do terreno da família (envolve as áreas de moradia, de uso para agricultura, de mata, de capoeira, etc.)?

Como era a propriedade ao chegar/terreno (buscar fazer a evolução do uso da terra e da cobertura vegetal, ou seja, qual a situação do lote de acordo com as fases da família)?

Fazer o croqui da propriedade/terreno (ATUAL) – Fazer no verso da página

Cobertura vegetal: Como o lote/terreno está dividido atualmente (área e porcentagem)?

Tipo de cobertura vegetal	Área (alqueire, hectare, tarefa)	Porcentagem (%) em relação ao tamanho total do lote
Mata		
Capoeira/juquira		
Culturas anuais		
Culturas perenes e semi perenes		
Sítio / Pomar/ Quintal Agroflorestal		
Outro		
Outro		
Total		

Meio Biofísico

Solos (tipos predominantes)? Verificar se há variação do tipo de solo para cada um dos tipos de cobertura vegetal do Croqui.

Relevo? (plano, declivoso, montanhoso, várzea, igapó, etc.) Verificar o relevo para cada um dos tipos de cobertura vegetal do Croqui.

Clima: Épocas de chuva? Há seca ou alagamento no lote/terreno? Qual período do ano? Houve mudanças no clima desde a chegada ao lote?

9

Recursos hídricos (igarapés, nascente, poço, rio)

De onde a família obtém os recursos hídricos? Fontes? Quantidade? Qualidade?

As dificuldades (em relação aos recursos hídricos) encontradas na chegada da família no lote? E atualmente?

Na propriedade/terreno tem alguma nascente e qual sua finalidade?

Os recursos hídricos têm mata ciliar - cobertura vegetal/proteção? Como se encontram quanto à sua conservação e de que forma são utilizados?

Se não houver mata ciliar, há plano para recuperá-la?

SUBSISTEMA DE CULTIVO

Cultura agrícola	Área (ha)	Destino (Quantidade para Venda)	Destino (Quantidade consumida)		Quantidade estocada	Valor de mercado (venda) (R\$/kg)	Custos e investimentos das atividades	
			família	animais			Tipo de custo	Preço de compra

10

OBS: Considerar o ano agrícola de outubro 2022/setembro 2023.

Onde adquire as sementes/material para propagação [ex.: manivas] para a realização dos plantios?

Como é feito o preparo da área para o plantio (uso do fogo, mecanização, roçagem, capina, etc.)?

Realiza adubação? Especificar o tipo.

Qual a periodicidade destas adubações? Qual cultura é adubada?

Descrever o itinerário técnico das principais culturas - ITINERÁRIO TÉCNICO

Cultura agrícola	Prática/calendário agrícola	Período	Por que faz?	Como faz?	Mão-de-obra/dias trabalhados*		
					Quantidade familiar	Quantidade contratada	Valor da diária

11

*horas/dia, dias/semana, dias/mês, dias/ano (verificar se há divisão do trabalho por gênero e idade no trabalho exercido pela família)

Principais dificuldades enfrentadas relacionadas ao sistema de cultivo? (mercado/comercialização, fitossanidade (doenças e pragas), mão-de-obra, transporte, outros, fatores externos)

Quais são seus planos (objetivos) relacionados ao sistema de cultivo? (Pode ser por tipo de cultura ou considerar todas as culturas do subsistema de cultivo)

Quais ferramentas e equipamentos utilizados nas atividades de manejo agrícola, ano de aquisição dos mesmos e o preço de aquisição? Listar.

QUINTAL AGROFLORESTAL (A área que fica nas proximidades da casa, onde têm plantas medicinais, espécies de frutíferas, plantas ornamentais etc.)

Qual o tamanho do Quintal agroflorestal?

Quais espécies frutíferas existem no quintal e a finalidade (venda/consumo/doação) das mesmas?

Quais espécies são comercializadas? Qual o preço pago pelos compradores? Qual a quantidade vendida anualmente? Listar em uma tabela.

Possui horta? Quais as espécies cultivadas? Qual a finalidade (venda/consumo) das mesmas?

Cultiva plantas medicinais e/ou ornamentais? Quais?

Especificar quais plantas compõem o quintal e quais compõem a horta (se houver)

12

	galinhas, galos)				de-obra aplicada (Familiar ou Contratada) quanto é familiar e quanto é contratada (em dias)?	Tipo de custo	Preço de compra
Galinhas							
Suínos							
Peixes							
Abelhas							
Patos							

OBS: Considerar o ano agrícola de outubro 2022/setembro 2023.

15

Desde quando trabalha com esse tipo de criação e por quê?

Como e onde os animais são adquiridos?

Quais as instalações existentes na propriedade?

curral chiqueiro/pocilga galinheiro outros: _____

Como é feita a alimentação dos animais (Quais os tipos de alimentos – ração comprada pronta ou feita na propriedade, qual o período é feito? Qual a frequência? Qual a quantidade dia/categoria de animais?

Descrever o itinerário nas principais criações - ITINERÁRIO TÉCNICO

Criação animal	Prática	Período	Por que faz?	Quem faz?	Mão-de-obra/ dias trabalhados*		
					Quantidade Familiar	Quantidade contratada	Valor da diária

*horas/dia, dias/semana, dias/mês, dias/ano (verificar se há divisão do trabalho por gênero e idade no trabalho exercido pela família)

Quais as ferramentas e equipamentos utilizados nas atividades de manejo das criações, ano de aquisição dos mesmos e preço de aquisição? Listar.

16

MANEJO SANITÁRIO

Quais as principais pragas e doenças que afetam as criações? Sintoma aparente?

Quais as principais formas de controle?

Realiza limpeza e desinfecção das instalações? Se sim, como faz? Qual o período?

Faz vacinação/tratamento com medicamento dos animais?

() Sim – Qual os tipos de vacinação, para quais animais? Qual o período? _____

() Não - Por quê? _____

Quais as principais limitações do sistema criação? () Recursos hídricos () Instalações () Alimentação () Tamanho da área () mão-de-obra () doenças () Outras: _____

MANEJO REPRODUTIVO

É utilizada alguma técnica de reprodução no sistema de criação animal? (exemplo: inseminação artificial em bovinos; indução de hormônios nos peixes, seleção de matrizes e reprodutores, etc.)

Existe acompanhamento de algum profissional para executar as técnicas de reprodução?

O produtor/produtora sabe a importância de realizar o manejo reprodutivo dos animais de forma adequada?

Explicar de forma sucinta (resumida) como acontece o manejo reprodutivo das espécies criadas na propriedade.

17

SUBSISTEMA EXTRATIVISTA - AGROEXTRATIVISTA

Produtos extrativistas (Espécies)	Quantidade	Finalidade (uso, consumo, venda, fabricação de utensílios, artesanato, medicamento construções, etc.)	Destino (Quantidade para Venda)	Destino (Quantidade consumida)*	Preço de venda no mercado (por saca, quilo, rasa, litro, etc.)	Quantos dias de trabalho para o extrativismo? Tipo de mão-de-obra aplicada (Familiar ou Contratada) quanto é familiar e quanto é contratada (em dias)?	Custos e investimentos das atividades	
							Tipo de custo	Preço de compra
Vegetais								
Açaí								
Miriti								
Ucuúba								
Andiroba								
Murumuru								
Jupati								
Lenha (carvão)								

18

Animais								
Macaco								
Paca								
Capivara								
Jaboti								
Preguiça								
Peixes (anotar as principais espécies)								
Camarão								

OBS: Considerar o ano agrícola de outubro 2022/setembro 2023 e a possibilidade de estoque de produtos extrativistas (ex.: óleos).

19

ITINERÁRIO TÉCNICO

Atividade extrativista	Prática/calendário	Período	Por que faz?	Como faz?	Mão-de-obra/ dias trabalhados*		
					Quantidade Familiar	Quantidade Familiar	Valor da diária

*horas/dia, dias/semana, dias/mês, dias/ano (verificar se há divisão do trabalho por gênero e idade no trabalho exercido pela família)

Quais as ferramentas e equipamentos utilizados nas atividades agroextrativistas, ano de aquisição dos mesmos e preço de aquisição? Listar.

SUBSISTEMA DE ATIVIDADES ANEXAS e RENDAS EXTRAS

A família possui outras rendas além das geradas na propriedade – aposentadoria, auxílios sociais governamentais, aluguel de casas, bar, mercearia, revenda de produtos etc.? Se sim, quais e quanto recebe ou obtém em cada uma das atividades?

Há venda de mão-de-obra e trabalho assalariado de membros da família para fora do lote/terreno?

Nome	Serviços	Renda/Salário (R\$/mês)	Venda de diárias/mês	Valor da diária por ano (R\$/dia)

OBS: Considerar o ano agrícola de outubro 2022/setembro 2023.

20

COMERCIALIZAÇÃO

Para quem é vendida a produção? (especificar por cultura, criação e atividade extrativista)

Atravessador _____

Consumidor _____

Outros: _____

Canais de comercialização acessados pela família

Assinale todos os canais que a família acessa para comercializar os produtos

	Produtos
<input type="checkbox"/> mercado institucional [Programa de Aquisição Alimentos e Programa Nacional Alimentação Escolar]	
<input type="checkbox"/> super e hipermercados	
<input type="checkbox"/> varejo de pequeno porte (lojas, mercados e mercearias)	
<input type="checkbox"/> atacadista e distribuidores	
<input type="checkbox"/> feiras e outras formas de venda direta ao consumidor	
<input type="checkbox"/> comercialização virtual	
<input type="checkbox"/> outros canais de comercialização	
Total	

Já foi convidado para participar de feiras da agricultura familiar e/ou de economia solidária? Se sim, quantas vezes foi? Quais os produtos comercializados?

21

BENEFICIAMENTO DOS PRODUTOS (SISTEMAS DE CULTIVO, CRIAÇÃO E EXTRATIVISTA)

Beneficia produtos dos sistemas de produção? Se sim, quais e como é o processo?

Produto - Descrição do processo de transformação em subproduto	Qtde. produzida	Qtde. vendida	Preço	Qtde. consumida	Qtde. estocada	Custo de produção	Dias Trabalhados	Quem faz?

OBS: Considerar o ano agrícola de outubro 2022/setembro 2023.

Quais as etapas da comercialização (in natura/beneficiado - subproduto) por cultura, criação e produto extrativista e quais as dificuldades?

Está satisfeito com o preço pago pelos produtos?

Das atividades realizadas, qual a mais rentável – o carro chefe que mais contribui com a renda familiar?

22